PONTO DE APOIO

CLÁUDIO VICENTINO

RÚSSIA

ANTES E DEPOIS DA URSS



editora scipione



editora scipione



EDITORA AFILIADA

DIRETORIA
Luiz Esteves Sallum
Maurício Fernandes Dias
Vicente Paz Fernandez
Patrícia Fernandes Dias
José Gallafassi Filho
Joaquim Nascimento

GERÊNCIA EDITORIAL
Aurelio Gonçalves Filho

RESPONSABILIDADE EDITORIAL
Samira Youssef Campedelli

REVISÃO
chefia - Sâmia Rios
assistência - Miriam de Carvalho Abões
preparação - Adalberto Luís de Oliveira
revisão - Cláudia Cantarin, Léia Fontes Guimarães
e Carlos Alberto Inada

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO
Gil Naddaf

ARTE
chefia - Antonio Tadeu Damiani
coordenação - Maria do Céu Pires Passuello
assistência - Zeferino Ferreira Neves
cartografia - Wagner C. dos Santos
capa - Zéflávio Teixeira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Márcia Sasso
assistência - Karina da Costa Gentile

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
José Antonio Ferraz

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
yangraf TEL (011) 296 1630
FAX (011) 296 6096

Editora Scipione Ltda.
MATRIZ
Praça Carlos Gomes, 46
01501-040 São Paulo SP
DIVULGAÇÃO
Rua Fagundes, 121
01508-030 São Paulo SP
Tel (011) 239 1700
Caixa Postal 65131

1995

ISBN 85-262-2578-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vicentino, Cláudio
Rússia : antes e depois da URSS : livro do professor / Cláudio Vicentino. -- São Paulo : Scipione, 1995. -- (Ponto de apoio)

Bibliografia.

1. Rússia - Condições econômicas 2. Rússia - Condições sociais 3. Rússia - História 4. Rússia - Política e governo 5. Socialismo - Rússia I. Título. II. Série.

95-2600 CDD-947

Índices para catálogo sistemático

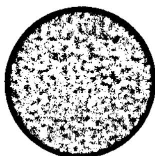
1. Rússia : História 947

Sumário



1

Introdução





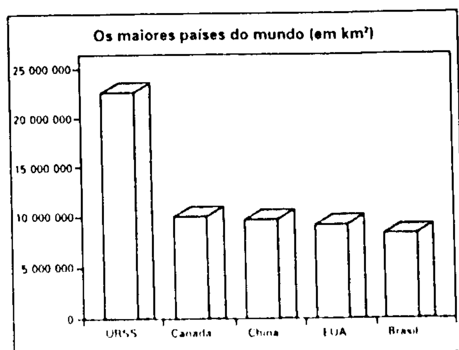
nome **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas** (URSS) nasceu em 1922 no X Congresso Pan-russo dos Sovietes Revolucionários e foi confirmado, em 1923, na Segunda Constituição Comunista, unindo diferentes regiões do antigo Império Russo.

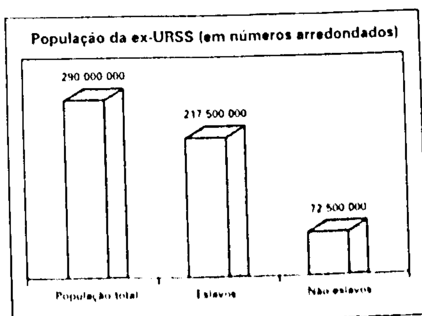
A URSS, quando desapareceu, em dezembro de 1991, constituía o mais extenso país do mundo, possuindo cerca de um sexto da superfície terrestre, com uma população superior a 290 milhões de habitantes. O seu gigantismo incluía mais de 10 mil quilômetros de distância Leste-Oeste, 5 mil quilômetros Norte-Sul e 11 fusos horários. Com tal dimensão, superava em duas vezes a da Europa e era maior que a América do Sul.

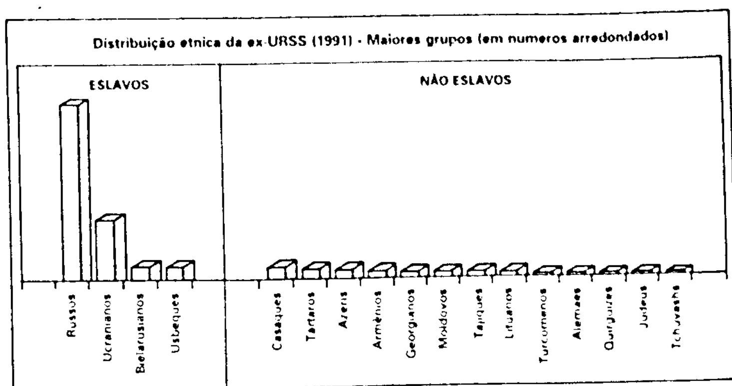
Comparado com outros grandes impérios da história, o da União Soviética era maior que o de Alexandre Magno e o dos romanos da Antiguidade, superior ao árabe da Idade Média, ao de Carlos V da Idade Moderna e mesmo ao britânico do século XIX.

Formada por uma enorme variedade étnica, a URSS era constituída, no entanto, por uma população de maioria **eslava**, cerca de 75%, (predominando russos, seguidos de ucranianos), em meio a mais de cem diferentes nacionalidades, como os casaques, usbeques, bielarusianos, azeris, georgianos, moldovos, tajiques, lituanos, armênios, turcomenos, letões, estonianos, entre outros.









Estendendo-se por dois continentes, a URSS abrangia 5,4 milhões de quilômetros quadrados na Europa e quase 17 milhões de quilômetros quadrados na Ásia.

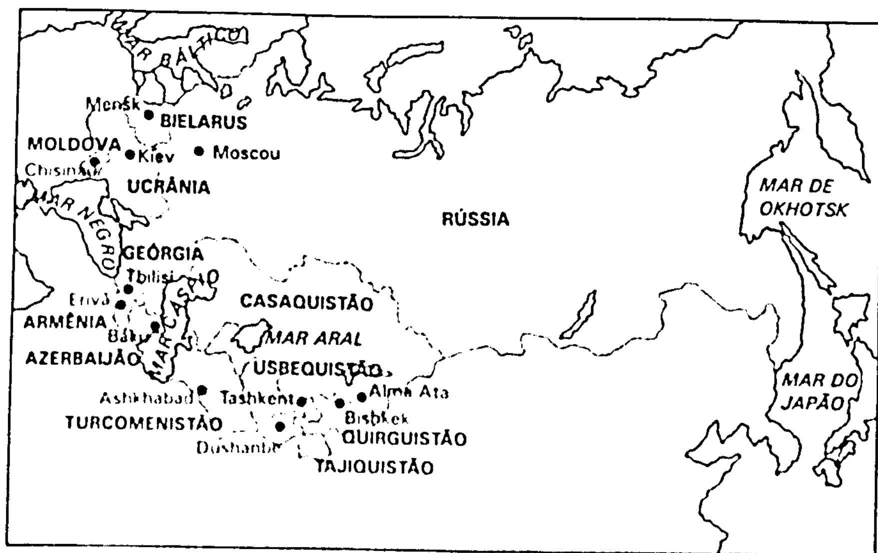
A língua falada majoritariamente era o russo (perto de 60% da população), seguida de outros 130 idiomas. A diversidade se estendia do alfabeto, cinco no total, à religião, que, apesar do predomínio oficial do ateísmo (cerca de 70% da população), englobava cristãos ortodoxos, islâmicos e minorias judias, budistas e protestantes, entre outras crenças. Somente na região do Cáucaso existiam perto de sessenta idiomas e dialetos, num território de extensão inferior à do nosso estado de Minas Gerais.

Desde o final da Segunda Guerra, a ex-URSS era considerada a segunda potência militar do mundo, vindo logo depois dos Estados Unidos, com os quais dividia o comando político e ideológico internacional, e suas decisões e feitos possuíam enorme importância e repercussão.

O fim da URSS, em 1991, como um desabamento gigantesco, levou consigo toda a ordem mundial da **Guerra Fria**, quando emergiu uma outra geopolítica internacional. Naquele ano, o país fragmentou-se em vários Estados autônomos, ligados econômica e militarmente a um organismo não muito bem definido e muito menos respeitado, a chamada **Comunidade de Estados Independentes (CEI)**.

Constituída por 12 países, essa Comunidade mergulhou em sucessivos impasses, indo desde a divisão do espólio da ex-URSS, tanto econômico como militar, até a multiplicação dos conflitos étnico-políticos em diversas regiões. Muitas das divergências desdobraram-se em confrontação bélica, ampliando o temor de uma irresistível e violenta fragmentação da CEI e mesmo dos seus países-membros. Veja abaixo o atual mapa da CEI (da qual não fazem parte as repúblicas bálticas: Estônia, Letônia e Lituânia).

Além do presente temor de uma fragmentação violenta de todo o território da ex-União Soviética, especialmente devido à multiplicação de conflitos militares entre as suas diversas etnias e atuais países independentes, é também preocupante o futuro das suas reformas econômicas e políticas, o que, certamente, terá importante influência no panorama internacional.



Repúblicas da CEI

A incógnita do que acontecerá na região possibilita as mais variadas especulações, desde a viabilidade de uma plena retomada capitalista, com ou sem sucesso, em benefício da maioria de sua população, até a reinstalação socialista, com ou sem liberdades internas. Outro aspecto não menos importante e também nebuloso é quanto ao peso da região no futuro, tanto para as várias correntes de pensamento socio-políticas, a exemplo dos socialistas, como também para as várias correntes mundiais do liberalismo.

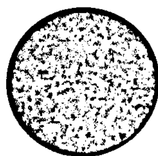
Entre os vários países da CEI, a Rússia tem representado, no pós-URSS, o principal eixo de todas as dificuldades herdadas. Nos últimos tempos este país tem atraído a atenção internacional, por sua reorganização política e econômica, por seu papel de força bélica de primeira grandeza mundial e por sua crítica diversidade étnico-cultural. Os desdobramentos de sua evolução parecem desempenhar a função de uma locomotiva, que poderá carregar a grande maioria dos demais Estados da região para os mesmos destinos russos.

As raízes das problemáticas e incógnitas regionais foram plantadas ao longo de vários séculos, especialmente entre os séculos II a.C. e XIX d.C., quando seus diversos povos constitutivos ali se fixaram e lutaram contra invasões e dominações (orientais e ocidentais), estabelecendo um Estado centralizado e esmagador das inúmeras rebeliões que buscavam conquistas sociais e liberdades políticas.

Vamos levantar o desenvolvimento histórico da região, buscando esclarecer componentes significativos dos atuais países que antes formavam a União Soviética, sem, entretanto, ter a pretensão de adivinhar o futuro da CEI.

2

Raízes da Rússia



Para melhor visualizar as últimas transformações da região russa e as raízes dos seus maiores desafios, é imprescindível levantarmos sinteticamente as suas origens. Para isso teremos de recuar até o estabelecimento do predomínio eslavo-russo que se efetivou em toda a região e traçar seu desenvolvimento em direção ao poderoso Estado czarista que sobreviveria até o início do nosso século. O embrião político de todo este processo foi o Estado russo, cujo nascimento remonta ao século IX. Contudo, esta Rússia logo transformou-se em domínio de invasores ocidentais e asiáticos, deles se libertando somente no século XV.

A plena consolidação do seu Estado nacional, sob a liderança de Moscou, restabelecida a partir de então, deu uma feição toda peculiar à Rússia, quando comparada aos países ocidentais.

Ao contrário da Europa, onde a sociedade antecedeu e até estruturou os seus Estados, na Rússia foi a estrutura política que produziu a sociedade, enquadrando-a em seus objetivos e interesses, servindo-se da burocracia civil e militar. A nobreza russa, por exemplo, nasceu das concessões do Estado. Àqueles indivíduos que se destacavam como guerreiros a serviço do Estado eram doadas terras, camponeses e títulos, não sendo nobres originários de um poder econômico ou de uma linhagem, como em outras regiões.

Na religião, o quadro não foi muito diferente, já que o clero esteve sempre em dependência servil para com o czar, não alcançando a autonomia e influência que gozou no Ocidente.

São particularidades russas que ajudam a entender por que a região não chegou a mergulhar em transformações como o Renascimento cultural ou a Reforma religiosa da Idade Moderna. São distinções decisivas que contribuíram para a sobrevivência do Estado absolutista até o início do século XX, cujo apogeu foi definido nos reinados de Pedro, o Grande, e Catarina II, ainda no século XVIII.

Vamos primeiramente reunir as principais características da Rússia, suas origens e evolução histórica, para depois estudar sua transformação em União Soviética e, a seguir, compreender a história que culminou no desaparecimento da URSS e na criação da CEI. Com esses dados, então, poderemos ponderar melhor os últimos acontecimentos daquela região.

Primeiros povos A região da ex-URSS foi área de invasão de muitos povos que se combateram e se misturaram por dezenas e dezenas de séculos, desde os primórdios da evolução humana, na **pré-história**.

A ocupação primitiva da região deu-se desde o início do período **Paleolítico**, como atestam os milhares de instrumentos de pedra (raladores e cortadores) descobertos recentemente na região siberiana por arqueólogos da Academia Russa de Ciências, cujos estudos estimam uma datação de mais de 1 milhão de anos.

No **Neolítico**, com certeza, todo o território da ex-URSS já era esparsamente habitado, como indicam incontáveis vestígios humanos pré-históricos encontrados.

No início do período histórico, a área foi dominada por vários povos. Um dos mais antigos desses invasores foram os **fineses**, um ramo oriental dos povos mongólicos. Divididos em clãs, os fineses ou fundiam-se com os novos povos que chegavam ou fugiam para o norte.

Outro povo desse período longínquo da Antiguidade, que ocupava as planícies do norte e do mar Negro, foram os **citas**, de origem indo-européia ocidental, considerados como prováveis antepassados comuns dos germanos e eslavos.

Segundo Heródoto, historiador grego do século V a.C., cuja concepção histórica de ordem étnica separa os gregos civilizados dos demais povos bárbaros vizinhos, no leste estavam os citas, que se dividiam em agricultores (da zona ucraniana das terras negras — *tchernoziom* — na região do Dnieper), nômades (a leste dos agricultores) e soberanos (da região do mar Azov), que dominavam tanto os agricultores como os nômades.

Cada povo indicado, alcançando o território russo, constitui uma população que, isolada durante um longo tempo, desenvolve características que o individualizam em relação aos outros povos vizinhos. Depois da expansão humana vinda da África em direção à Europa e Ásia, nos primórdios da pré-história, tiveram início as diferenciações e, com as novas migrações e miscigenações locais, a homogeneização de grupos humanos. No caso da ex-URSS, as "raças" e "sub-raças" ocidentais e orientais sempre viveram em contato de confronto e integração, produzindo as suas inúmeras etnias atuais.

Dada a proximidade com os gregos, os citas assimilaram muito de sua cultura ao fazer com eles trocas de diversas mercadorias (cereais, cavalos, armas, enfeites, tecidos, vinho, óleo, etc.). Os "semi-helenos", como os gregos chamavam os citas, dividiam-se em clãs comandados por príncipes subordinados a um chefe maior, sob o predomínio dos laços de fraternidade em lugar dos de parentesco.

Um outro povo desta Antiguidade Clássica que merece destaque foram os **sármatas**, de origem indo-européia asiática, que ocupavam a região oriental do Don. Os sármatas chegaram a conquistar o território dos citas, assimilando muitos de seus valores gregos e originando o que se denominou civilização cito-sarmática.

Por volta de 150 a.C., em meio à contínua miscigenação na região meridional, também vieram os povos **germanos, visigodos** e **ostrogodos**, que chegaram a fundar um Estado próprio com capital em Danparstadir (cidade do Dnieper), também chamada de Kiev.

Origens eslavas na Antiguidade No início da **era cristã**, os povos eslavos, originários do oriente do Vístula, ocuparam parte significativa do território nordeste europeu e noroeste asiático, estabelecendo as bases antigas mais sólidas dos povos russos.

Com a crise do Império Romano, vários povos orientais, então chamados de **bárbaros**, invadiram as fronteiras do império, tomando pouco a pouco seu território, agravando com isso suas dificuldades internas e acelerando sua queda. Dos povos invasores, destacou-se especialmente o germano. Coube a uma de suas tribos, os **hérulos**, a conquista final da cidade de Roma, encerrando a Idade Antiga.

Em 476 desapareceu o grande Império Romano do Ocidente, restando apenas a sua parte oriental, o chamado Império Bizantino ou Império Romano do Oriente, com sede em Constantinopla, mas já sem a grandeza que caracterizara o mundo latino da Idade Antiga.

Enquanto o Império Romano do Ocidente seguia sua evolução histórica em meio às crises, dirigindo-se para o colapso, diversas tribos dos povos eslavos, de origem lingüística indo-européia, fixavam-se no leste europeu e nas estepes russas, aproveitando-se, inclusive, do vazio deixado pela expansão germana em direção ao ocidente romano.

A origem do nome **eslavo**, denominação de um grupo de línguas da família indo-européia, está relacionada à palavra **escravo**, porque o imperador franco Carlos Magno e seus sucessores, nos séculos VIII e IX, fizeram um número elevado de cativos destes grupos orientais. O eslavo é um dos grupos étnicos mais importantes e numerosos da Europa, do qual fazem parte os russos, os russos brancos ou rutenos, os ucranianos, além dos búlgaros, iugoslavos (sérvios, croatas e eslovenos), tchecoslovacos (tchecos, eslovacos e morávios) e polacos, entre outros.

A expansão estava ligada à grande migração dos temidos conquistadores asiáticos, os **hunos**, que na segunda metade do século IV expulsaram os godos para o Ocidente e conquistaram os cito-sármatas. Destes, sobreviveu uma de suas ramificações, os **alanos**, que escaparam fugindo pelo Cáucaso (os atuais ossetianos consideram-se descendentes destes alanos). A contínua expansão dos hunos para o Ocidente abriu espaço territorial para a ocupação eslava.

Nesta época, os eslavos estavam organizados em tribos agricultoras que, nas migrações e confrontos com outros povos, acabaram produzindo chefias que comandavam bandos de soldados, estabelecendo os embriões dos **principados eslavos**.

Organizados em estruturas comunitárias, os eslavos apresentavam três subgrupos: os **eslavos do oeste**, das proximidades dos rios Vístula, Oder e Elba (poloneses, tchecos, morávios e pomerânios), os **eslavos meridionais**, do sul do Danúbio (sérvios, croatas e eslovenos), e os **eslavos do leste**, a oriente do Dnieper (russos e ucranianos).

Nascimento da Rússia na Idade Média O período medieval europeu caracterizou-se por uma nova ordem sociopolítica baseada na vida rural e no fracionamento do poder político, denominada **feudalismo**.

No Ocidente, os bárbaros germânicos fundaram diversos reinos, destacando-se especialmente o francês, o mais famoso e duradouro Estado feudal da Idade Média. No Oriente, da mesma forma, surgiram diversos Estados eslavos, os quais, segundo a ordem feudal predominante, viam na posse da terra a fonte de prestígio e poder, prevalecendo a força dos grandes proprietários, os poderosos senhores feudais.

Além de possuírem uma estrutura similar à dos Estados ocidentais, os reinos eslavos integraram-se, em maior ou menor grau, à área cultural européia.

Entre os eslavos do oeste, no século IX, nasceu o **Reino Morávio**, que desapareceu no início do século seguinte, e do qual restou a Boêmia, embrião do **Reino Tcheco**. Este integrou-se depois ao Sacro Império Romano-Germânico. Ainda nesta região ocidental eslava, no século X, foi fundado o **Reino Polaco** e diversos outros reinos de curta duração.

Mais ao sul, os eslavos acabaram sendo conquistados pelas tribos turcas e búlgaras, originando um forte **Reino Búlgaro**, que chegou a ameaçar, desde o século IX, o sobrevivente Império Romano do Oriente (Bizâncio). No século XIV, o Estado búlgaro caiu sob o domínio dos turcos-otomanos. Outros reinos meridionais eslavos acabaram sendo submetidos aos bizantinos ou, como o **Reino Sérvio**, constituído desde o século XII, dominados pelos turcos-otomanos.

Na parte leste setentrional, desde o século VI, diversos príncipes eslavos locais uniram-se em muitos empreendimentos militares defensivos, às vezes fundindo-se com povos vizinhos. Aproveitando-se da caça, da floresta, do mel, da cera, de peles, de troncos de árvores, bem como de escravos, eles impulsionavam trocas comerciais com o Ocidente e Bizâncio. O mel e a cera eram empregados, no Ocidente feudal cristão, como adoçante e na fabricação das velas usadas nas cerimônias cristãs, e podiam ser trocados por sal, ouro, prata, utensílios de cobre, ferro, jóias, tecidos e armas.

A via fluvial servia de base para as relações comerciais, favorecendo o nascimento de aldeias para abastecer estas trocas. Muitas delas transformaram-se em importantes cidades, sendo Kiev a mais antiga, além de Novgorod, nas margens do Volkhov. Acredita-se que existiam nesse período entre trezentas e seiscentas cidades em toda a região.

Estas primitivas cidades eslavas possuíam uma completa autonomia político-econômica, cabendo sua administração a uma assembléia local — a **Vetche** —, que muitas vezes nomeava um chefe com o grau de príncipe, o chamado **kniáz**. A autonomia das cidades, porém, em meio às rivalidades comerciais e ao enfrentamento com outros povos, apresentava certa fragilidade, e algumas, ao serem dominadas, viam-se obrigadas a pagar tributos aos conquistadores.

Na parte leste setentrional, coberta por florestas, parte dos fineses e dos eslavos escapou das diversas tribos nômades que assolaram a parte sul. A essa região, depois da passagem dos hunos e seu desaparecimento, chegaram os ávaros (século VI) seguidos pelos húngaros (século VII), que se fixaram na região da atual Hungria. Ainda no território russo, mais a leste, apareceram também os povos khazares (de origem asiática turco-tártara). Os khazares estabeleceram um Estado governado por um rei chamado kagan (ou kahan), que obrigatoriamente tinha origem e religião judaicas, enquanto a população era cristã ou maometana. No século IX, os khazares foram conquistados pelos petchenegues, que acabaram vencidos no século XI pelos polovtses. No século XIII, toda essa região meridional passou para o domínio dos tártaros orientais, que estavam em nova e fulminante expansão que dominaria vastas regiões russas.

Na parte norte, acima de Novgorod, os escandinavos — guerreiros *vikings* —, aproveitando-se da fragilidade da região, da falta de unidade entre os centros urbanos, e interessados no tráfico de mercadorias, atacaram e conquistaram suas cidades. Seus líderes transformaram-se em príncipes — kniáz — e seus guerreiros mais destacados constituíram o estrato social superior, a exemplo das cidades de Kiev e Novgorod.

Foi assim que um capitão escandinavo, chamado Rurik, assumiu o domínio de Novgorod, em 862, impondo um primeiro principado hegemônico sobre várias cidades na região norte. Tendo Novgorod como capital, sob o governo de Rurik (862-79), nascia o **Estado russo** territorialmente limitado, mas unificado politicamente.

Esses *vikings* suecos, fossem comerciantes, marinheiros ou aventureiros, com seus cabelos loiros-avermelhados, eram apelidados pelos eslavos de **russ** (remadores, ruivos, vermelhos, os do norte). Aliás, eslavos e bizantinos os chamavam de varengues, variagues, varegues, rhos, russi ou ruotsi. Este último termo, usado pelos fineses, indicava todos os habitantes da costa sueca. Mais tarde, os varengues acabaram completamente eslavizados, renunciando à língua normanda.

Rurik foi sucedido por Oleg (879-912), que organizou um exército varengue, eslavo e finês, conquistando a "estrada líquida", a via comercial Báltico—mar Negro, além de submeter diversas tribos vizinhas,

ampliando o seu domínio. Oleg assegurou aos russos o acesso a Bizâncio e transformou **Kiev** na capital de seu império. Assim, Kiev e Novgorod uniam o sul e o norte, fundindo os escandinavos do norte à massa eslava da região, compondo as raízes russas, sob o governo da dinastia **Rurikida**.

Mais a sudoeste, na região que envolve a atual República Tcheca e a Eslováquia, área disputada tanto por Constantinopla como por reinos europeus ocidentais, dois sábios bizantinos, os irmãos monges Cirilo e Metódio, em 863, criaram um novo alfabeto, o **cirílico**, semeando as bases de uma peculiar cultura eslava, que não se renderia às hegemonias vizinhas. Esse alfabeto foi assumido pelo Reino Russo e diversos outros Estados orientais.

Enquanto os eslavos davam os primeiros passos para uma cultura e sociedade próprias, as condições de exploração e sujeição do povo aos grandes proprietários, bem como as diferenças étnicas, produziam as primeiras grandes revoltas camponesas. O sucessor de Oleg, o príncipe Igor (912-45), não só não conseguiu manter as conquistas de seu antecessor, como também, frente aos inúmeros tributos, acabou sendo assassinado por súditos revoltados (os drevliánes). Como o filho Sviatosláv era ainda criança, o governo foi, então, assumido por sua esposa, a viúva Olga (945-69), que se vingou cruelmente dos revoltosos, queimando aldeias e seus habitantes. Com seus sucessores continuou a expansão das fronteiras, intensificando-se os contatos com os bizantinos e com a Europa cristã.

No aspecto religioso, a cristianização russa fez-se via Bizâncio, constando que fora Olga a primeira a ser convertida após uma viagem àquela cidade, em 955. Entretanto, mesmo disposta a espalhar a nova crença entre seus governados, encontrou forte resistência dos seus soldados, que, pagãos, consideravam o cristianismo uma religião "de mulheres e não de guerreiros e homens".

Os russos adoravam o Svaróg (espaço celeste), o Hors (deus solar), o Dashbóg (deus dos céus), o Volós (deus dos rebanhos), o Perún (o trovão e o raio), o Stribóg (os ventos), mas não mantinham templos ou corpo sacerdotal especial.

Sviatosláv (969-72), ao assumir o trono, manteve-se fiel ao paganismo tradicional eslavo, além de empreender guerras contra os khazares e bizantinos, vencendo os primeiros, mas sendo derrotado por estes últimos. Sviatosláv morreu em 972, tendo início uma grande

disputa entre seus três filhos pelo trono russo, da qual saiu vitorioso Vladimir.

Foi somente com Vladimir (980-1015), príncipe de Kiev, que a nova religião foi imposta aos russos. Conta-se (*Crônica de Nestor*) que Vladimir, amante da guerra e da poligamia, só não adotou o islamismo dos seus vizinhos do sul porque esta religião proibia o consumo de carne de porco e de bebida alcoólica, optando pelo cristianismo após uma competição entre comissões das diferentes religiões.

É mais provável que Vladimir, ambicionando novos domínios, tenha assumido o cristianismo para garantir o seu casamento com a irmã do imperador bizantino Basílio II, o que acabou acontecendo.

Quanto ao consumo de bebidas alcoólicas, inicialmente o vinho era a mais disponível, além de uma mistura fermentada de mel (hidromel), de grande aceitação entre os russos. Foi a expansão do costume do uso de bebida alcoólica que, no final da Idade Média (século XV), produziu a vodca, "agüinha" ou "boa água", como a chamavam no reino russo, um *Russkoye vino* (vinho russo) muito popular a partir de então. O seu consumo continuou se expandindo, seja para ajudar a enfrentar o rigoroso inverno da região ou mesmo a servidão, a fome e as privações, seja para esquecer outras dificuldades. Mais tarde, o próprio governo russo assumiu o monopólio da elaboração da vodca, vendida sob forte estímulo governamental nas "tabernas do czar".

O cristianismo foi transformado em religião oficial em 988, quando Vladimir obteve apoio e estímulo dos grandes proprietários feudais, os chamados **boiardos**, ganhando a submissão popular. Os boiardos foram originalmente os chefes militares dos príncipes, que se transformaram nos grandes senhores territoriais, uma nobreza comparável aos condes e barões da Europa ocidental.

Vladimir ordenou a construção de igrejas, a destruição de ídolos e o batismo em massa. Em algumas regiões, como Novgorod, a conversão foi obtida à força. A adoção do cristianismo bizantino, vale ressaltar, contribuiu para manter um relativo distanciamento russo dos europeus ocidentais.

Vladimir morreu em 1015, abrindo uma fase prolongada de disputas pelo trono entre seus filhos. Até então não havia uma norma jurídica quanto à sucessão e Vladimir, que não sabia ler ou escrever, não deixara

testamento. Depois de muitas lutas, incluindo assassinatos e até uma rechaçada invasão polonesa, o trono foi assumido por Iaroslav.

No reinado de Iaroslav, o Sábio (1019-54), que fundou várias escolas e apoiou as artes e os casamentos de seus filhos com membros das famílias reais de outras potências (França, Inglaterra e Bizâncio), produziu-se a primeira codificação das leis, chamada **Ruskaya Pravda** (Verdade Russa). Coube também a Iaroslav cunhar as primeiras moedas da história russa. Avançava-se, assim, na edificação de um Estado nacional russo, dotado de todos os componentes político-jurídico-econômicos que outros reinos ocidentais já possuíam.

Reino feudal russo A partir do século XI, o poder dos príncipes e dos boiardos sobre os camponeses já estava consolidado, conforme o figurino da estrutura feudal medieval. A função maior do príncipe era a defesa do território, sendo assessorado pelo Conselho Boiardo e uma Assembléia de Cidadãos, a Vetche. Tal ordem tinha por base a posse das terras e como cimento a fé cristã, impulsionada pela Igreja, também grande proprietária. Seguia-se um desenvolvimento histórico não muito diferente do da Europa ocidental, que então vivia a cristalização do feudalismo medieval.

Neste período feudal russo, surgiram várias revoltas lideradas por sacerdotes pagãos contra a miséria e a exploração, como a de 1024 na província de Suzdal e a de 1068 em Kiev, massacradas exemplarmente. Durante a revolta de Kiev, no entanto, deram-se as invasões polacas — **polovtsi** —, e Izyaslav, então príncipe de Kiev, acabou sendo derrotado pelos poloneses. A Vetche exigiu, então, armas e combate aos invasores, mas teve seus pedidos negados, o que principiou a invasão do castelo por populares e a eleição de um novo governante, batendo assim os polovtsi.

Pouco a pouco a supremacia do príncipe de Kiev foi se enfraquecendo em virtude do fortalecimento feudal, gerando autonomia dos príncipes menores de Novgorod, Chernigov, Ryazan, etc. Consolidavam-se, desta forma, unidades independentes; no principado de **Vladimir-Suzdal**, por exemplo, crescia **Moscou**, aldeia surgida às margens do rio Moscov, mencionada em crônicas pela primeira vez em 1147.

Após a morte de Iaroslav (1054), emergiram novas disputas sucessórias entre seus cinco filhos e um neto, ocasionando des-

membramentos e aumentando a desorganização russa. Um breve período estável foi quando Vladimir Monômaco foi proclamado grão-príncipe em 1113 pelos cidadãos de Kiev. Entretanto, com sua morte, em 1125, reiniciaram-se as lutas sucessórias entre seus filhos e outros herdeiros.

Até o governo de Iaroslav, o tráfico comercial fora bastante intenso com Constantinopla. Porém, no século XII, em face da instabilidade russa, ele declinou e, no século seguinte, quase desapareceria com as novas invasões orientais.

Invasões ocidentais e orientais Durante a Baixa Idade Média, período compreendido entre o século X e o século XV, a região russa, dividida e frágil, foi alvo da expansão conquistadora tanto de povos do Ocidente como do Oriente.

No Ocidente, o aumento populacional e a ambição por novas terras e riquezas, sob o pretexto cruzadista de expandir a fé cristã, produziram movimentos de conquista em várias regiões. Desses movimentos destacaram-se o da península Ibérica contra os árabes que ali tinham se estabelecido desde o século VIII, chamado de **Guerra de Reconquista**, o do Mediterrâneo oriental e suas **Cruzadas** contra os turcos que ocuparam Jerusalém (então chamada de Santo Sepulcro) e o do leste europeu com o **Drang Nach Osten**, denominação da marcha alemã para o leste.

Esta expansão dos alemães — **Ordem Religiosa dos Cavaleiros Teutões** — possibilitou a conquista da Prússia, Lituânia e Estônia, ou seja, toda a região do Báltico, gerando um expansionismo que chegou até a Rússia, aproveitando-se do fracionamento da região com seus principados autônomos.

Ampliando as dificuldades russas, do lado oriental, houve ainda a expansão dos **mongóis**. Estes, chamados de **tártaros** pelos russos, vindos do norte da China, fundaram um forte Estado no início do século XIII. Entre seus **khans** — chefes maiores —, destacou-se o poderoso Tensijin, que, em 1206, apoiado por outros chefes, adotou o nome de Gêngis Khan. Foi ele o unificador de toda a Mongólia, tomando a Sibéria, a Ásia Central e até a Geórgia e a Armênia. Gêngis Khan estabeleceu um enorme domínio tártaro, incluindo a Rússia, que duraria até o século XV.

Após a morte de Gêngis Khan, seu filho Ogdai ordenou a um sobrinho — Khan Batu — que conquistasse a Europa, tomando vários principados, incluindo Moscou, o vale do Dnieper, seguindo para Kiev.

Completando o quadro, os nobres suecos aproveitaram-se das dificuldades regionais e tomaram todo o norte russo. Em 1240, o chefe sueco Jarl Birger enfrentou o príncipe Alexandre Yaroslavich (1220-63), comandando Novgorod, em **Neva**, tendo este último saído vitorioso, inclusive marcando o rosto de Birger com uma lança. Alexandre ganhou ali o cognome de Alexandre Nevsky. Pouco depois, ele bateu os alemães, em 1242, e os suecos, mas aceitou pagar tributos aos **mongóis**, caindo sob seu domínio, que duraria até o século XV.

> Enquanto a Rússia vivia lutas desagregadoras e a decadência comercial, os tártaros mongóis estavam formando um grande império que se estendeu da China até a Europa, causando terror e a morte de vários milhões de homens, submetendo quase toda a região russa. Conta-se que Gêngis Khan teria feito a seguinte afirmação, que qualifica bem suas invasões e a destruição causada por elas: "A maior felicidade da vida consiste em vencer os inimigos, em expulsá-los, roubar seus haveres, ver chorar seus parentes, cavalgar seus cavalos, apossar-se de suas mulheres e filhos".
>
> O sucessor de Khan, Ogdai, chegou a organizar um exército de cerca de 500 mil homens para conquistar o Ocidente sob o comando de Batu. Este, depois de devastar grandes territórios ocidentais, retirou-se para o baixo Volga, fundando o império da "Horda de Ouro" — **Kiptchárk** —, com capital em Sarái (cerca de cinqüenta quilômetros da atual Volgogrado, antiga Stalingrado).

O continuado avanço mongol não se restringiu à Rússia, chegando a dominar a Hungria, a Polônia, alcançando até Veneza.

Os mongóis, além de imporem inúmeros tributos aos russos, apoderaram-se de cerca de um décimo de todos os seus bens, isentando apenas a Igreja e seus clérigos do confisco ou dos impostos, o que lhes permitiu contar com a colaboração deste setor da sociedade na preservação de sua dominação. Na administração mongol foi mantida alguma soberania dos príncipes locais, mas estes eram submetidos a um governador — **baskak** — indicado pelo khan.

Durante o domínio mongol interrompeu-se a já pequena aproximação russa com o Ocidente, favorecendo um maior isolamento, e deu-

se a consolidação dos governos despóticos, bem como a prática comum de cruéis castigos corporais, como torturas e mutilações, garantindo a dominação e a ordem pelo terror. A "Horda de Ouro", denominação do domínio mongol, não só ampliou a exploração popular como também tomou, para seus exércitos, os melhores jovens e, para o harém do khan, as mulheres mais bonitas.

O domínio tártaro, seguido da destruição de Kiev, acelerou o declínio do comércio com Bizâncio, restando os poucos vínculos de Novgorod e Pskov com o Báltico ocidental. Tal quadro, somado à destruição ou tributação dos tártaros, provocou migrações em direção à Galícia (região meridional da Polônia) e ao nordeste, regiões de Oká e alto Volga, russificando os fineses da região. Nesta época, o predomínio das grandes cidades foi substituído pelo das vilas, situação contrária àquela que acontecia no Ocidente europeu da Baixa Idade Média. Era uma forte retomada de uma economia natural após o florescimento monetário anterior.

No século XII, existiam dois principados russos sobreviventes: o de Kiev, decadente e subjugado na sua maior parte pelos tártaros, e o de Suzdal, envolvendo a área de Moscou, em ascensão com as migrações.

As condições de vida da maioria da população russa, num Estado dividido e submetido, pioraram ainda mais naquele período e se agravariam nos séculos seguintes, reservando mais dificuldades e sofrimentos, como a peste negra do século XIV, a mesma que arrasaria o Ocidente, acompanhada da exploração, fome e outras calamidades naturais.

Formação do Estado nacional russo Na evolução originária russa, destacou-se um tripé que caracterizou o processo formativo nacional: lutas populares camponesas, lutas nacionais contra vizinhos conquistadores e a definição de chefias políticas que se desdobrariam na imposição de um poder nacional autocrático.

Os sucessores de Alexandre Nevsky foram pouco a pouco conquistando autonomia perante os mongóis, tendo Moscou como ponto de partida. Foi assim com Daniil Alexandrovich, filho de Alexandre Nevsky, que herdou o principado de Moscou, cuja extensão chegava perto de 10 mil quilômetros quadrados. Mais tarde, Iúri, filho e sucessor de Daniil, duplicou o território, tomando terras de outros príncipes.

Contando com a ampliação demográfica e com o fornecimento de grande quantidade de mel, cera e cereais para Novgorod e Pskov no comércio com o Ocidente, Moscou foi ganhando supremacia sobre as demais cidades. O sucessor de Iúri, seu irmão Ivan I (1325-41), não só sufocou uma rebelião na cidade de Tvér contra os tributos aos tártaros, ganhando do khan o título de grão-príncipe e o direito de receber os tributos devidos por todos os territórios russos aos tártaros, como também consolidou a supremacia de Moscou, transferindo para esta cidade a sede do Patriarcado da Igreja Ortodoxa Russa. Assim, Ivan I reuniu a alavanca para a estruturação de um pleno poder absolutista de Moscou: tinha uma rica arrecadação fiscal, poderes recebidos do khan e a consagração da Igreja. Ao final de seu governo, o território já tinha sido triplicado, comportando seis cidades e mais de cem aldeias.

Dividida em clero regular e secular, a Igreja Ortodoxa Russa seguia uma hierarquia em que monges e freiras submetiam-se aos abades e abadessas, enquanto os padres, chamados de "popes", submetiam-se aos bispos e arcebispos, e estes aos metropolitanos provinciais. Cabia ao patriarca de Moscou a chefia máxima da Igreja, fiadora do poderio pessoal do imperador.

O seu sucessor, Siemión, em meio a uma epidemia que assolava o reino, morreu de peste em 1353, com apenas 36 anos, deixando o trono ao irmão Ivan II. Tanto este governante como seus dois sucessores, Vassili I e Vassili II, deram início ao enfrentamento com os tártaros, obtendo algumas vitórias, mas seguidas de novas derrotas, o que reforçou o desejo nacional da formação de um poderoso Estado capaz de pôr fim às dominações estrangeiras com seus insuportáveis tributos, bem como o da conquista de uma estabilização interna.

A ascendência de Moscou e a decadência dos antigos principados fizeram com que a maior parte das famílias aristocráticas (de origem alemã, grega, lituana, finesa, tártara, eslava, etc.) se abrigasse sob o comando do grão-príncipe. Com Ivan III, o Grande (1462-1505), até mesmo Novgorod e Pskov, entre outros territórios, acabaram sendo incorporados pela Rússia. Ivan III, com seu ascendente poderio, pôs fim ao pagamento de tributos ao khan, derrotou os mongóis, em 1480, e constituiu um forte Estado russo na região. Foi também Ivan III quem

construiu o **Kremlin** (do russo Kreml, fortaleza), sua residência governamental, com a ajuda do arquiteto italiano Aristóteles Fieravanti.

Casado com Sofia, sobrinha do último imperador bizantino, Ivan III adotou o título de **czar** (césar), um continuador da Roma oriental (Constantinopla), conquistada pouco antes pelos turcos-otomanos. A própria Igreja Ortodoxa, cuja origem estava em Bizâncio, sob o mito de Moscou como a herdeira de Roma, aclamou o Czar Ivan III como representante de Deus na terra, ajudando a consolidar sua autoridade.

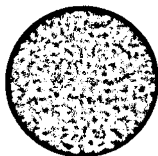
> Ivan Sánin, primeiro abade do mosteiro de Volokolámsky, definia sem meias palavras a absoluta autoridade do czar e destacava a sua autoridade divina: "Pela natureza o czar é igual aos outros homens, mas pelo poder é similar a Deus altíssimo". Outros clérigos também apontavam o czar como sempre possuidor de uma vontade divina, dizendo: "Teu, Senhor, é o poder de agir como Deus te inspira; nosso dever é pregar pelo czar; não nos cabe dar-te conselhos". Por trás de tal subserviência da Igreja estavam as propriedades dos mosteiros, que correspondiam a cerca de um terço da superfície da Rússia da época.

Com ele inaugurou-se um absolutismo superior ao poderio dos monarcas ocidentais, representado pelos novos símbolos governamentais: a águia, o cetro, o globo terrestre e o trono. Com sua morte, deu-se continuidade ao processo de fortalecimento do Estado russo e do governo czarista. O sucessor de Ivan III foi Vassili III (1505-33), que reforçou a prática do czar: decidir sem consultar boiardos ou qualquer outro órgão representativo, como fora comum anteriormente nos principados. Contava para isso com o prestígio de comandar Moscou, a cidade unificadora da terra russa, e com a subserviência dos antigos príncipes e descendentes aristocratas.

Estabelecia-se uma estrutura social como obra da estrutura política, fato este muito diferente do ocorrido no Ocidente, em que "o Estado havia sido o resultado do desenvolvimento espontâneo da sociedade; esta o havia precedido e ele havia sido gerado a partir dos processos econômicos e de diferenciação social que foram acontecendo". (POMER, Leon. *O surgimento das nações*. São Paulo, Atual, 1985. p. 58.)

3

Poderoso Estado russo da Idade Moderna



Foi com Ivan IV, o Terrível (1533-84), que surgiu a denominação "czar de todas as Rússias". Com ele ampliou-se ainda mais o poder pessoal do czar, eliminando inclusive alguns boiardos e criando os **Pomiéchtchik**, os fiéis nobres que recebiam propriedades (pomiéstie) não-hereditárias. Mais tarde, os Pomiéchtchik, misturados com a velha aristocracia, passaram a ser chamados de **Dvoryanes**, os nobres da Corte.

Ivan, o Terrível, foi também o criador da guarda do czar, a **Streltsi**, e da temida milícia **Opritchnina**, embrião da futura polícia Okrana. Eram os definitivos alicerces de um Estado autocrático, bases de um completo absolutismo russo, o denominado czarismo.

Ivan IV tinha apenas três anos quando seu pai, Vassili III, morreu, em 3 de dezembro de 1533. Nominalmente, Ivan foi coroado o sucessor, porém a chefia do Estado coube à sua mãe Ieliena, uma nobre polonesa de cultura ocidental. Com o falecimento de Ieliena, Ivan, com apenas oito anos, passou a assistir a constantes intrigas, complôs, roubos e assassinatos envolvendo as famílias mais importantes da aristocracia russa (Chúiski e Biélski). Somente em janeiro de 1547, Ivan foi coroado de forma efetiva, assumindo o total comando do Kremlin. No mês seguinte, desposou a filha de um boiardo, Anastácia Zakharina-Iurieva, depois de uma escolha matrimonial entre mil moças expostas no palácio governamental.

Algum tempo depois, muito doente, Ivan IV, acreditando que estava prestes a morrer, exigiu que nobres e conselheiros jurassem, perante o seu leito, que seriam fiéis ao seu filho de poucos meses, Dmitri. Discordando de uma possível regência da esposa de Ivan, Anastácia, nobres e conselheiros não aceitaram o juramento, preferindo apoiar um primo de Ivan. Entretanto, Ivan IV recuperou-se da doença, e, em peregrinações de agradecimento à sua cura, o filho morreu num acidente (afogado no rio Cheksna). Pouco depois, em 1560, também morria a esposa. Logo em seguida, Ivan deu início à vingança, à retaliação, eliminando milhares de pessoas, contando com o apoio de sua Opritchnina, e garantindo o apelido de "terrível". Algumas linhagens aristocráticas foram extintas nesse período.

Na expansão territorial, Ivan IV conquistou a Sibéria e a bacia do Volga aos mongóis, além de entregar à família **Stroganov**, de comerciantes, o direito de possessão sobre a Sibéria.

No idioma de etnias locais siberianas, Sibéria significava "terra adormecida". A colonização desta região coube aos camponeses russos e ucranianos que fugiam da servidão, os **cossacos**, criando a "estepe livre", comunidades militares independentes — **stonia** —, dirigidas por um chefe eleito — o **atamán**. Reconhecidos pelo czar, os cossacos incumbiram-se de defender as fronteiras contra turcos e mongóis, além de garantir a ocupação da Sibéria, criando inúmeras fortalezas.

A expansão em direção ao Oriente só se completaria mais tarde, em 1645, quando os russos alcançaram o oceano Pacífico. As conquistas de Ivan IV abriram importantes vias de comércio com a Ásia, além de domínios que favoreciam doações de terras e estabelecimentos de fortes garantidores das fronteiras.

Na região noroeste, Ivan tentou libertar-se do velho controle comercial realizado pela Liga Teutônica, aproveitando-se da crise do comércio hanseático devida à descoberta da América e à transferência do eixo econômico do mar Mediterrâneo e mar do Norte para o Atlântico. Buscou também atrair mão-de-obra ocidental especializada, como engenheiros, construtores, artesãos, artistas, tipógrafos, médicos, farmacêuticos, etc., sob a oposição dos países vizinhos que temiam não só seu crescente fortalecimento, mas também sua pretensão de praticar comércio exterior com navios próprios.

Os comerciantes da Liga Teutônica, ligados à Polônia, Suécia e Letônia, queriam preservar o domínio do Báltico, monopolizando a venda de produtos ocidentais (tecidos de lã, artigos de ferro e de luxo, vinhos, açúcar, etc.) e a compra dos produtos naturais locais (peles, couros, cânhamo, linho, madeira, peixes, caviar, etc.).

Ivan, além de ampliar o monopólio estatal comercial (sal, caviar, seda, etc.) e de aproximar-se dos ingleses — época da fundação da Russian Company —, entrou em guerra contra a Letônia, Suécia e Polônia, objetivando o acesso ao Báltico. Em virtude de um ataque dos tártaros da Criméia pelo sul — pelo Khan Duvlet-Girei —, Ivan IV assinou uma paz com os ocidentais, renunciando a territórios ocupados na Livônia, Letônia e Estônia, dedicando-se ao enfrentamento com os tártaros e conseguindo vencê-los novamente.

Após vencer os tártaros em 1552, em agradecimento religioso, Ivan, o Terrível, mandou construir a admirável **Catedral de São Basílio**, em Moscou, sob a direção de um arquiteto ocidental. Conta-se que

diante da maravilha artística da catedral, com suas cúpulas e cores, Ivan mandou arrancar os olhos do arquiteto para que este jamais viesse a construir outro edifício semelhante para outro monarca.

Na intimidade, os excessos do czar não foram menores que na sua vida pública e administrativa. Existem registros de cinco casamentos e também referências a um sexto e até a um sétimo matrimônio de Ivan IV, além de informações da morte de algumas destas esposas decorrente de maus-tratos do próprio czar. O caso da terceira esposa, Marta Sobakine, de Novgorod, que morreu 15 dias após a cerimônia de casamento, é o mais ilustrativo.

A violência de Ivan IV não poupou seu próprio filho mais velho, Zarevich (Ivan), quando este repreendeu o pai, que, revoltado com a vestimenta simples de sua nora, golpeara-a no rosto. O Terrível, num ataque de fúria, feriu o filho mortalmente com um bastão de ferro. Após este acontecimento, corroído pelo arrependimento, Ivan decaiu fisicamente, morrendo em seguida, em 1584.

Dos vários casamentos, Ivan teve quatro filhos varões: três de sua primeira esposa, Anastácia: Dmitri (1552-3), Ivan (1554-81) e Fiódor (1557-98); e da última esposa, Maria Nagáia, o quarto filho, Dmitri (1584-91). À morte de Ivan IV, sobraram apenas dois descendentes: Fiódor e Dmitri.

À fracassada tentativa de Ivan IV de conseguir acesso ao Báltico, seguiu-se, com sua morte, um período bastante turbulento para a Rússia, o denominado "período da smúta", o período das grandes desordens. Abriram-se sérias disputas pelo trono, envolvendo regências e até o assassinato do último herdeiro da dinastia Rurikida, o Czar Dmitri.

A sucessão de Ivan IV coube a seu filho Fiódor, débil (de saúde e de caráter), avesso à administração, que entregou o governo efetivo ao cunhado, Bóris Godunóv.

Durante sua gestão, fundou Tobólsk, concluindo a conquista da Sibéria, e transformou o bispo de Moscou em patriarca, isto é, chefe da Igreja Ortodoxa Russa, além de vencer um novo ataque tártaro e reconquistar territórios cedidos por Ivan IV aos suecos.

Às expensas dos tributos públicos, Bóris Godunóv tornava-se cada vez mais rico e ambicionava o poder total. Para tanto determinou o assassinato do herdeiro menor, Dmitri, em 1591, e quando Fiódor morreu, em 1598, Bóris Godunóv foi sagrado czar, em meio a manobras políticas e oposição de famílias ligadas à mãe de Dmitri.

Em face das dificuldades políticas e das tradicionais condições populares de miséria e exploração, explodiram diversas revoltas camponesas nacionais. Essa situação agravou-se com o surgimento do "**falso Dmitri**", um pretendente ao trono que, com apoio da Polônia e de populares, dizia ser o filho de Ivan IV, obtendo sucessos militares na luta contra Godunóv.

Em meio às lutas, o Czar Bóris morreu de hemorragia, em 1605, sendo coroado czar o seu filho ainda menor, Fiódor Borissovitch, ficando a regência com sua mãe. Contudo, o "falso Dmitri" entrou vitorioso em Moscou e a viúva de Godunóv e seu filho foram assassinados barbaramente.

O "falso Dmitri" transformou-se no novo czar, em 1605, trazendo de volta famílias exiladas por Godunóv, como a dos Chúiski ou a dos Romanov. Destes últimos, Fiódor Romanov veio a ser um importante bispo da Igreja Ortodoxa Russa. No entanto, pouco depois da coroação, em 1606, o "falso Dmitri" acabou sendo assassinado, em Moscou.

Acredita-se que com a morte de Fiódor em 1598, Godunóv, não sabendo que seria aceito como novo czar russo e não querendo a sucessão de um Romanov, o parente mais próximo à coroa, teria apresentado um herdeiro "legítimo", um "falso Dmitri", o qual acabou escapando de seu controle na sucessão. Outra possibilidade para a origem do "falso Dmitri", passagem bastante polêmica da história russa, é a de que os Romanov manobraram de todas as maneiras para minar a candidatura de Godunóv ao Kremlin. Entretanto, sem dúvida, foi o quadro de desespero popular russo e o apoio polonês, ambicionando territórios ao "falso Dmitri", que possibilitaram sua ascendência ao governo de Moscou. Outro aspecto importante para isto foi o respaldo do clero católico ocidental ao "falso Dmitri", incluindo o do Papa Paulo V, visando submeter a Igreja Ortodoxa Russa.

Quanto ao assassinato do Czar "falso Dmitri", houve a oposição dos boiardos, que ambicionavam o controle político russo e temiam as ligações populares do czar, além da resistência das tropas e do clero ortodoxo, que se opunham às ambições polonesas e cristãs ocidentais. Após o assassinato, a mãe do verdadeiro Dmitri (Maria Nagáia), que fora reconduzida à Corte pelo "falso Dmitri" e o confirmara como sendo seu filho, assinou um documento renegando-o, apontando-o como reconhecidamente falso. Os golpistas queimaram o corpo do "falso Dmitri" e suas cinzas foram colocadas num canhão que foi disparado na direção da Polônia.

A sucessão coube ao líder nobre golpista contra o "falso Dmitri", Vassily Chúiski, que jurou respeitar o Conselho dos Boiardos.

Vassily Chúiski, comprometido com as elites proprietárias russas, não conseguiu aceitação popular. Nessa época surgiu um segundo "falso Dmitri", que obteve diversas vitórias militares contra Moscou, chegando a se instalar na Vila Túchino (dez quilômetros a oeste da capital), levantando uma poderosa fortificação contra o Czar Vassily. O "trapaceiro de Túchino", como foi apelidado pelos moscovitas o "falso Dmitri 2", obteve enorme apoio popular, o que levou o Czar Vassily, em 1609, a pedir ajuda à Suécia, então em guerra contra a Polônia, para sufocar as violentas manifestações rurais.

Aproveitando-se da fragilidade do czar, os polacos tomaram Moscou enquanto os suecos conquistaram Novgorod. Diante da crescente impopularidade e insucessos militares, Vassily viu-se obrigado a abdicar. Em 11 de dezembro de 1610, o "falso Dmitri 2" era assassinado por um tártaro. Outros "falsos" surgiram, sem nenhum sucesso político.

Em 1612, os polacos foram expulsos e uma Assembléia Imperial — a chamada Ziémski Sobór — elegeu, em 1613, o boiardo Mikhail Romanov, de 16 anos, como o novo czar de todas as Rússias. Era o início de uma nova dinastia, a Romanov (1613-1917). A sua eleição contou com a força e o prestígio do Patriarca Filaret Romanov, pai de Mikhail, considerado por muitos um "Richelieu" russo.

Primeiros czares Romanov Derrotados os polacos, Mikhail pôde encerrar a "grande desordem", sendo coroado czar com o título de Mikhail III (1613-45). Pouco depois, em 1617, os territórios de Novgorod foram também recuperados do domínio sueco e intensificaram-se medidas para o estabelecimento de um Estado forte e de governo centralizado, típico da Idade Moderna. Era o triunfo dos grandes proprietários, dos dvoryanes, dos mosteiros e do czar sobre a rebeldia camponesa e a autonomia das forças armadas, como a dos cossacos, que se envolveram nas lutas durante a smúta.

O poderoso Estado czarista, de um lado, garantia a ordem de privilégios sociais herdados da sociedade rural feudal e, de outro, com seu intervencionismo mercantilista, estimulava o progressismo comercial, técnico e industrial. A estruturação administrativa fez-se com base na ampliação da tributação, isentando boiardos e abades.

No governo de Mikhail III, o Pai Filaret, patriarca de Moscou, foi quem na prática conduziu os negócios do Estado russo. Há fortes indicadores de que as prestações feudais passaram a exigir não mais um terço e sim a metade do tempo trabalhado pelos camponeses. Era o "Antigo Regime" dos tempos modernos, em que os Estados absolutistas incorporavam os ideais de progresso mantendo velhas regras sociais.

Dentro deste quadro, o sucessor, o Czar Alieksiéi Mikailovitch (1645-76), deu início a uma ampla reforma da Igreja russa, incumbindo o Patriarca Nikon de uma mudança da liturgia e da moralidade eclesiástica. Buscava-se um maior controle estatal sobre os clérigos, o que só foi conseguido plenamente com seus sucessores. O Czar Alieksiéi também estabeleceu, em 1649, um novo código de leis — o **Ulozhenie** — em que firmava a fixação do camponês na terra e suas obrigações em tributos e trabalhos aos seus senhores. Não podendo abandonar os feudos, sob penas severas de castigos físicos, prisões e ameaças, os camponeses submetiam-se à dominação dos boiardos e dvoryanes ou rebelavam-se.

Para ampliar tributos, mobilização militar e controle estatal sobre a massa camponesa, buscou-se pôr fim à secular flutuação da população, em que trabalhadores dos campos, por escolha própria, podiam mudar de senhor. Tal sistema em vigor desde a Idade Média era chamado de **udiél** e consistia em os colonos da gleba assumirem obrigações com um senhor territorial (kníaz) segundo um contrato. Tal acordo permitia ser denunciado no dia de São Jorge, 26 de novembro, o que propiciava o constante fluxo de camponeses para terras melhores e em condições mais favoráveis. O governo dos primeiros Romanov baixou decretos impossibilitando a tradicional flutuação, anulando os poucos direitos sobreviventes da massa trabalhadora rural.

Tal característica do udiél tem sido apontada como um importante distintivo do feudalismo ocidental ante a Idade Média russa.

Os ideais modernizantes que vinham do Ocidente, durante o governo de Alieksiéi, foram incentivados por dois importantes simpatizantes da cultura européia, Nasjtojokin e Matjejev. Com eles, fez-se a tradução e a apresentação das peças de Molière em teatros de Moscou, sob o estímulo da simpatia da família imperial por seguir os avanços dos países do oeste.

No entanto, esse período ainda foi marcado por novas revoltas camponesas. Entre essas rebeliões populares, destacaram-se as lideradas por Razin e por sua mulher, Alyona, que chegou a chefiar 7 mil camponeses. O levante popular de Stienka Razin (1668-71), por pregar igualdade social, transformou-o num herói da liberdade.

Razin, fundado na afirmação "eu vim somente para atacar os boiardos e ricos, com os pobres e as pessoas simples estou disposto a dividir tudo", ganhou apoio popular, enfrentou e saqueou persas e tártaros, envolvendo quase todo o país. Chegou até mesmo a ameaçar Moscou, mas acabou derrotado.

A repressão violenta foi a constante do Estado czarista, a exemplo do tratamento dado a Razin, que foi esquartejado vivo na atual Praça Vermelha, depois de mais de 100 mil execuções. A enferrujada servidão sobrevivia às constantes revoltas. A morte de Razin originou um mito muito disseminado na Rússia, o do "retorno de Razin".

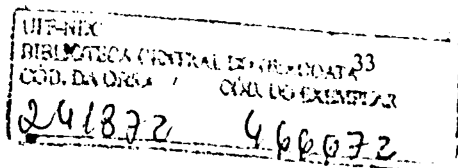
Alieksiéi foi sucedido pelo primogênito Fiódor III (1676-82) e, com a morte deste, em 1682, foi coroado sucessor outro filho de Alieksiéi, Pedro, com apenas dez anos de idade.

Reinado de Pedro, o Grande (1689-1725) Inicialmente o governo russo foi entregue a uma regência, originando disputas entre a mãe e a irmã de Pedro. A mãe, Natália Narichkin, fora a segunda esposa do czar, e a irmã Sofia nascera do primeiro casamento de Alieksiéi.

As lutas pelo controle governamental chegaram a envolver forças militares e policiais czaristas. Contando com apoio dos **strelzi** — a guarda pessoal criada por Ivan IV —, Sofia transformou-se na todo-poderosa do Estado russo até 1689, quando, com 17 anos, Pedro assumiu diretamente o governo.

Pedro, o Grande, foi responsável por mudanças significativas na Rússia. Foi ele o conquistador do Báltico, chegando, para tanto, a fazer alianças com velhos inimigos, como os polacos, visando derrotar os suecos, na denominada Guerra do Norte.

Foi durante esta guerra que o Czar Pedro ordenou a fundição de sinos para produzir canhões, cerca de trezentos, tomando Neva e fundando uma fortaleza ao norte que se constituiu, em 1703, em nova capital russa, **São Petersburgo**, uma capital marítima e janela para a Europa.



Pedro, o Grande, queria copiar Luís XIV com seu palácio de Versalhes ao iniciar a construção de São Petersburgo, desejando ter ali a nobreza sob seu controle. Para obrigar as edificações a se instalarem na nova cidade, Pedro proibiu qualquer outra construção na Rússia, chegando mesmo a usar, não raramente, de trabalho forçado. Foram trazidos arquitetos, engenheiros, pintores, decoradores de vários países ocidentais, cujo trabalho era fiscalizado pessoalmente pelo próprio czar. Tal lance de grandiosidade culminaria, após várias vitórias bélicas contra vizinhos, na obtenção do título de "Pedro, o Grande, Imperador da Rússia e Pai da Pátria", dado pelo Legislativo russo.

Pedro morreu em 1725, quando mergulhou num rio gelado de sua cidade, São Petersburgo, tentando salvar um marinheiro.

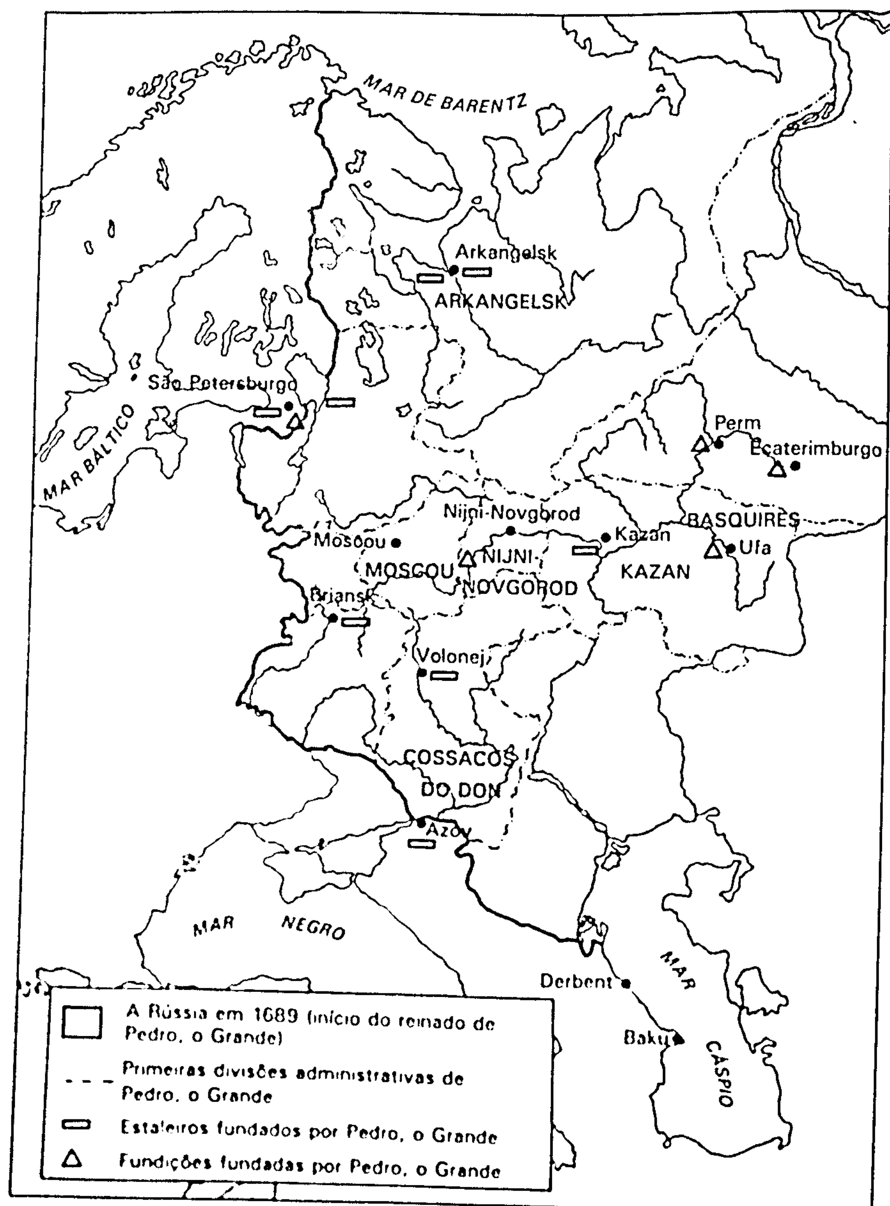
Em meio à Guerra do Norte, que durou até 1721, foram criados um exército permanente (com alistamento e treino regulamentado) e uma frota de navios respaldados por grandes siderurgias e fábricas de armas, além de terem sido conquistados o Báltico e toda a costa da Finlândia.

As conquistas de Pedro, o Grande, na Guerra do Norte libertaram a Rússia do gelado mar do Norte, que não era navegável durante pelo menos seis meses, abrindo condições para a integração do país ao progressismo capitalista ocidental, além de consolidar o poderio do Estado e fundar um império de dimensões nunca antes atingidas.

Pedro, o Grande, também buscou equiparar a Rússia aos Estados europeus mais avançados e, ao mesmo tempo, suplantar os restos de particularismos dos vários principados, representados agora pela nobreza territorial — boiardos e dvoryanes. Em 1711, Pedro substituía a **Duma**, o Parlamento boiardo, por um Senado de cinco membros escolhidos pelo próprio czar.

Impondo a sua absoluta autocracia, Pedro, imbuído do ideal de uma grande Rússia, dinamizou a cultura fundando escolas — como a Escola de Navegação —, o primeiro jornal e as bases da Academia Russa, criada logo após a sua morte.

Pedro assumiu ainda a chefia da Igreja russa como um patriarca, controlando seu órgão máximo, que era um colegiado de bispos, o chamado "Santo Sínodo". Buscou também eliminar as constantes revoltas camponesas que tumultuavam a produção, o recebimento dos tributos, além de gerarem forte insegurança no crescente comércio russo. Para impulsionar o comércio, foram construídas saídas para o mar que



As conquistas de Pedro, o Grande

firmaram a integração do país aos grandes negócios burgueses da Europa ocidental da Idade Moderna.

Crente no progressismo dos ocidentais (alemães era o nome usado quando se referia aos estrangeiros) — idéia que adquirira em suas várias viagens — e na necessidade de modernização nacional, Pedro impôs — às vezes à força — a europeização da Rússia, sob clara oposição dos boiardos. Cortar as barbas, usar o fumo e adotar a indumentária ocidental eram algumas das imposições determinadas pelo czar.

As medidas tomadas por Pedro, assim como as transformações econômicas que dinamizavam o desenvolvimento capitalista (em 1750 a Rússia já possuía cerca de 650 empresas industriais), integravam-se à política mercantilista, criando monopólios estatais, permitindo uma ampla autonomia econômica das cidades, além de favorecerem a construção de canais e portos e uma política protecionista na defesa da produção nacional.

Com a morte de Pedro, o Grande, o trono foi ocupado por vários de seus descendentes, alguns com passagem bastante breve pelo governo: a viúva Catarina I (1725-27); o neto Pedro II (1727-30); a sobrinha Ana Ivanovna (1730-40); a filha Isabel Pedrovna (1741-62) e outro neto, Pedro III (1762). Este último foi derrubado e morto por um golpe militar liderado por sua esposa, a alemã Catarina Anhalt-Zerbst, que foi proclamada imperatriz pelos soldados, assumindo o título de Catarina II.

Reinado de Catarina II, a Grande (1762-96) Na segunda metade do século XVIII, a Rússia já se apresentava como uma grande potência mundial, com extensão, força e possibilidades econômicas ímpares, incluindo uma população superior à francesa (36 milhões contra 25 milhões), tendo até participado da **Guerra dos Sete Anos** (1756-63), contra os alemães, quando firmou sua importância militar internacional.

Entretanto, o império czarista continuava envolto num ideal progressista tímido quando comparado ao Ocidente. A Rússia, como já apontamos, não conhecera a afirmação de uma sociedade burguesa individualista e leiga (não viveu uma revolução cultural, como o Renascimento, nem religiosa, como a Reforma Protestante) e continuava com suas peculiares estruturas orientais (fortes elementos de uma ordem produtiva asiática) sob supremacia do Estado e fidelidade cristã. Desenvolvera componentes capitalistas sob uma ordem que não cons-

tituía um processo autêntico de acumulação burguesa — era um quase-capitalismo ou capitalismo asiático, como já se afirmou —, cimentando fortes distinções frente ao sistema que norteava a evolução histórica ocidental.

A concentração das propriedades fazia do Estado, dos seus nobres e da Igreja os poderosos do Império.

Em 1762, Estado e Igreja, à frente de qualquer outra força russa, lideravam em número a exploração de trabalhadores: o Estado possuía perto de 3 milhões de servos, enquanto a Igreja, 1 milhão. Mais da metade da população rural russa, que perfazia 90% do total populacional, era formada de escravos e os 10% urbanos tinham Moscou como a maior cidade, com cerca de 280 mil habitantes. Esta retratava o contraste social russo: junto aos aproximadamente cem palácios e 480 igrejas conviviam milhares de choupanas.

> Para melhor visualizar a condição de sujeição da massa servil russa, veja o que escreveu um proprietário da época a seus servos:
>
> "Eu sou vosso senhor e meu senhor é o Czar. O Czar tem o direito de me dar ordens e devo obedecer-lhe, mas não de dá-las a vós. Em minha propriedade, sou eu o Czar, sou vosso deus na terra, e terei que ser responsável por vós perante Deus no céu... Primeiramente, um cavalo deve ser escovado dez vezes com a almofada de ferro, e somente então podeis vós limpá-lo com a escova macia. Terei que escovar-vos com violência, e quem sabe se chegarei jamais à escova macia. Deus limpa o ar com trovões e relâmpagos, e, em minha aldeia, eu limparei com trovões e fogo, sempre que assim julgue necessário." (Citado in HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 167.)

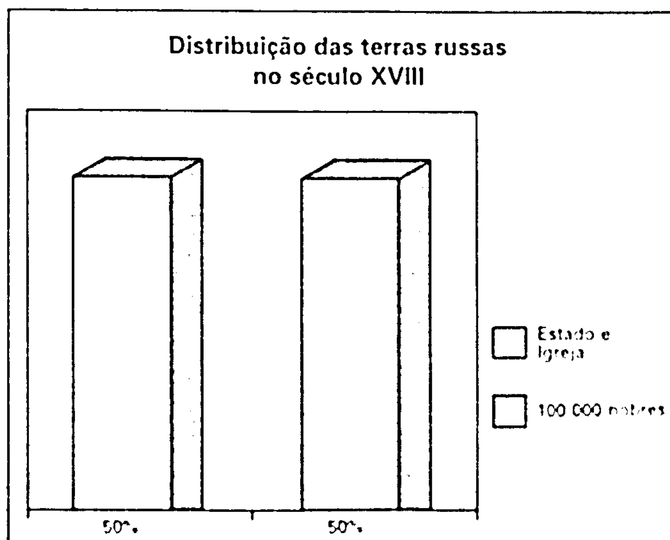
Na administração pública a situação não era melhor, já que, acredita-se, cerca de um terço da soma arrecadada pelos coletores de impostos não chegava ao tesouro imperial. Tal quadro justificava a frase: "Na época de Catarina todo mundo jogava e bebia de acordo com seus meios, e roubava segundo sua posição".

Neste mesmo período, o Ocidente, que há muito era fonte exemplar do progressismo capitalista e da modernidade, vivia a efervescência intelectual do Iluminismo — ou Ilustração —, o movimento ideológico contra o Antigo Regime e defensor do estabelecimento de um Estado burguês. O desenvolvimento burguês ocidental já não podia mais con-

viver pacificamente com o Estado absoluto e mercantilista, exigindo liberdades públicas, o fim dos privilégios tradicionais e a racionalidade política e econômica capitalista.

Sob severa e peculiar adaptação, Catarina II incorporou os ideais liberais da Ilustração na prática do regime político conhecido como despotismo esclarecido. Sua intimidade com a cultura francesa, sua aproximação e colaboração com os grandes nomes da Ilustração, como Voltaire e Diderot, entre outros, renderam-lhe o cognome de "Semíramis do Norte". Catarina escreveu ainda várias obras artísticas (poemas, crônicas, memórias, dramas, libretos de óperas, contos de fadas), além de um tratado científico sobre a Sibéria, uma história dos imperadores romanos e *Notas sobre a história russa*.

Numa adaptação nacional, o ideário iluminista foi reciclado e integrado à estrutura czarista e feudal-asiática russa, produzindo importantes realizações. Foi no governo de Catarina que se aboliu a tortura e instituiu a liberdade religiosa e a igualdade de legislação para todos os domínios. Quanto à Igreja, todas as suas terras foram convertidas em propriedades do Estado, em 1764, e seus clérigos foram transformados em funcionários do governo.



A Igreja Ortodoxa possuía cerca de 1 milhão de servos e a Coroa, perto de 3 milhões

Surgem, nesse período, inúmeras organizações secretas que pretendem combater o czarismo e sua autocracia, bem como a arcaica condição de miséria popular.

Em meio ao despotismo esclarecido de Catarina II, a Grande, foram criadas também a Universidade de Moscou, diversas escolas elementares e secundárias populares, além de colégios para professores e outras escolas superiores.

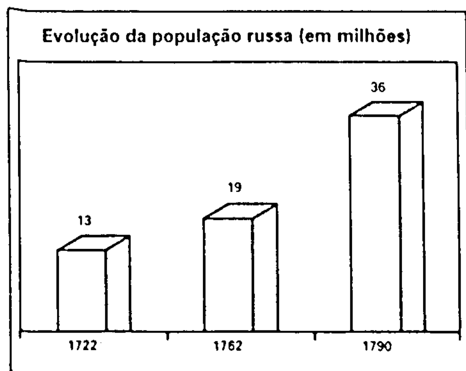
Outras obras progressistas de Catarina II foram os novos hospitais fundados em Moscou e São Petersburgo, além de asilos, hospícios e a introdução da vacina contra a varíola, sendo a própria Catarina, como exemplo a ser seguido pela população temerosa, vacinada aos 40 anos. Por contraste, na França, o monarca Luís XV morria de varíola.

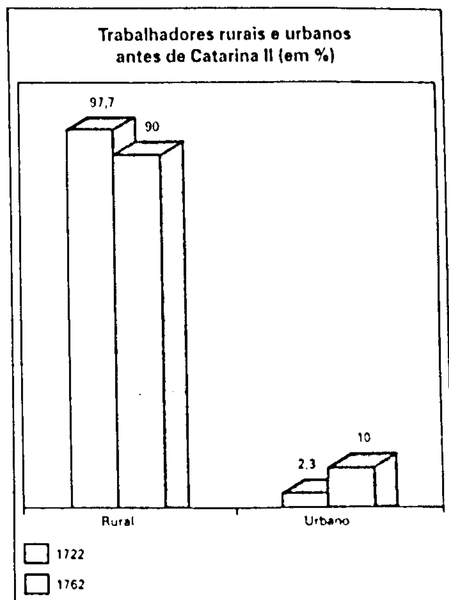
Foi também a época da edificação das cidades de Odessa e Sebastopol no mar Negro, além de um grande parque industrial de minas e metalurgia de ferro e cobre nos montes Urais, confirmando a intensa preocupação com o progressismo que contaminava todo o Ocidente capitalista.

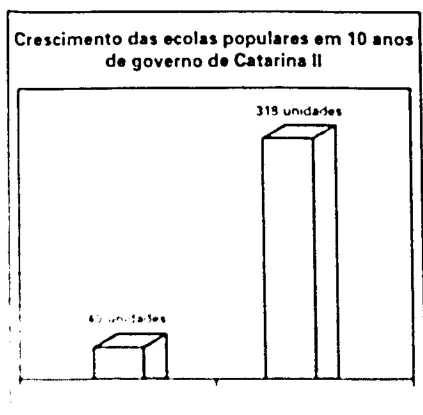
No mesmo sentido, incorporando os ideais fisiocratas, Catarina II estabeleceu o livre comércio e pôs fim aos monopólios estatais, estimulando a expansão industrial. A quantidade de novas empresas confirmava o desenvolvimento russo, passando de 984, no início de seu governo, para 3 161, sendo, contudo, pequenas empresas, que empregavam poucos trabalhadores.

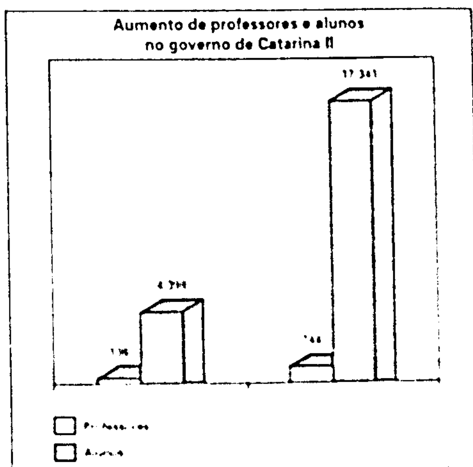
Catarina II, a "imperatriz esclarecida", protetora do filósofo Diderot, leitora apaixonada dos enciclopedistas, continuou o expansionismo de Pedro, o Grande, conquistando toda a Criméia, fazendo frente aos tártaros. Ela também conseguiu o acesso ao mar Negro e ao Cáspio, fortalecendo a ambição expansionista russa em direção ao Mediterrâneo, além de aniquilar a Polônia, impondo-lhe domínio e confiscos territoriais.

Inúmeras novas etnias foram incorporadas pelo czarismo, originando um grande império sob a hegemonia dos eslavos russos. A dominação, então, fazia-se sob a imposição da força de um poder absoluto central — a czarina —, gerando, de um lado, a dimensão aproximada que possuiria mais tarde a União Soviética e, de outro, a diversidade cultural que atualmente coloca em risco toda esta mesma região.









Em 1722, 90% eram camponeses, 7% eram nobres e menos de 3% eram [illegible]; em 17[illegible] Moscou possuía mais de 280 mil habitantes, com cerca de 1[illegible] palá[illegible] e 4[illegible] igre[illegible]

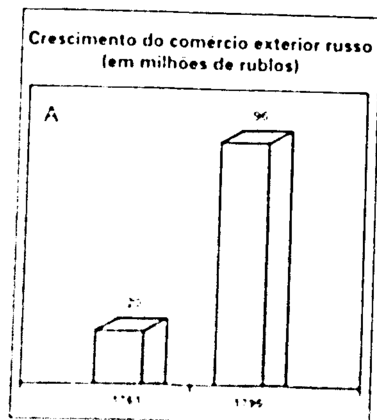
A estrutura de poder czarista de Catarina II, afora todo o sentido desenvolvimentista, continuou intimamente ligada à nobreza russa, que, com a "Carta de Concessão à Nobreza", de 1785, obteve a isenção de impostos e do serviço militar e o direito de julgamento exclusivamente por seus pares.

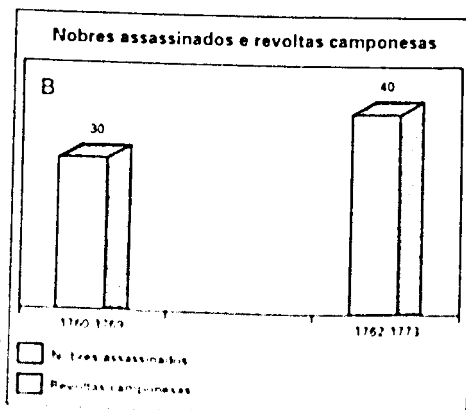
Dadas as difíceis condições de vida da massa trabalhadora rural, aconteceram durante o seu governo várias grandes revoltas camponesas, além de levantes locais. Entre 1760 e 1769, trinta senhores feudais foram assassinados.

Dentre as maiores revoltas camponesas, destacou-se a de Emelyan Pugatchev, que em 1772 se fez passar pelo Imperador Pedro III, czar que havia sido morto, com a ascensão ao trono de Catarina II. Depois de inúmeras vitórias, o "falso Pedro III" acabou preso e levado para Moscou, onde foi julgado no Kremlin, decapitado e esquartejado, sendo suas partes exibidas por toda a cidade de forma intimidadora.

Foi em boa parte a luta contra esta e outras revoltas camponesas que cimentou a aliança da czarina com a nobreza, combinando a utilização do progressismo iluminista e a manutenção das suas peculiares estruturas feudais.

O contraste do despotismo esclarecido russo





A [illegible] comercial da Rússia com outros países integrava-a ao progressismo [illegible] mantinham-se [illegible] estruturas arcaicas e típicas do Antigo [illegible]

B [illegible] de Catarina II houve um aumento do número absoluto de escravos e servos, [illegible] de revoltas violentas

Nesta época, devido à falta de liberdade dos servos, suas obrigações e seus trabalhos forçados, a fronteira entre a servidão e a escravidão na Rússia era muito tênue. Servos chegaram a ser vendidos separadamente da terra. É ilustrativo que apenas alguns anos após a morte de Catarina II, a "Gazette de Moscou" (1801) anunciava que punha, "à venda, três cocheiros, bem-treinados e bastante apresentáveis, duas moças de 18 e 15 anos, ambas de boa aparência e hábeis em vários tipos de trabalhos manuais. A mesma casa tem à venda duas cabeleireiras, sendo uma de 21 anos, que sabe ler e escrever, tocar instrumentos musicais e fazer trabalhos de mensageira, e a outra apta a arrumar os cabelos de cavalheiros e damas; vendemos também pianos e órgãos". (Citado in HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 31.)

Catarina II, a exemplo de seu contemporâneo francês Luís XV, teve uma vida cortesã bastante agitada, não raramente fazendo de seus amantes membros de cargos executivos do governo. Acredita-se que em 40 anos tenha tido não menos que 21 amantes.

> "Na escolha de um favorito, empregava arte e ciência. Procurava homens cuja capacidade fosse tanto política como física. Quando tinha alguém em perspectiva, examinava suas maneiras e inteligência. Se a receptividade fosse boa, mandava-o examinar pelo médico da corte. Caso ele passasse no teste, nomeava-o seu *aide-de-camp*, dando-lhe vultoso salário e admitindo-o na sua cama. Sendo totalmente destituída de crença religiosa, não admitia que a ética cristã interferisse em sua única maneira de escolher os ministros (...). Esses favoritos pesavam muito nos cofres do tesouro — embora, provavelmente, muito menos do que a França pagava pelas amantes e concubinas de Luís XV." (DURANT, Will. *Rousseau e a revolução*. Rio de Janeiro, Record, 1967. v. 10, p. 452.)

Por todos os seus feitos, Catarina II chegou a ser a mais famosa soberana européia, que, além de seu reformismo peculiar que fortalecia o Antigo Regime, acrescentou cerca de 350 mil quilômetros quadrados ao território russo com suas conquistas militares. Nos últimos anos de seu reinado, Catarina II transformara-se de déspota esclarecida em déspota amedrontada e reacionária, ante as notícias da Revolução Francesa. Catarina morreu em 17 de novembro de 1796, sendo sucedida por

seu filho, Paulo I (1796-1801), que enviou tropas para a coligação absolutista que lutava contra os revolucionários franceses. Somente com a subida de Napoleão Bonaparte ao governo francês, em 1799 (golpe do 18 Brumário), é que o Czar Paulo I suspendeu as hostilidades à França, acreditando que Bonaparte restabeleceria a ordem naquele país convulsionado pelos conflitos revolucionários.

Rússia no século XIX A história da Rússia no século XIX nada ficou devendo em turbulência à de outros períodos, cristalizando limites e dificuldades do czarismo e suas estruturas sociais, típicas de um Antigo Regime oriental.

Não raramente, o liberalismo e a reação antiliberal transformaram-se nas políticas sucessivas dos czares Romanov, que acabaram por se envolver nos grandes conflitos internacionais, tendo como ponto de partida as guerras napoleônicas do início do século.

Na economia, progressismo e entraves, integração capitalista e preservação de tradicionais privilégios conviveram cada vez mais em desarmonia, acelerando a decomposição do Estado russo absolutista, que entraria em colapso no início do século XX, em meio à Primeira Guerra Mundial.

Autocracia pendular: liberalismo e conservadorismo

O sucessor de Catarina II, o Czar Paulo I, manteve o centralismo administrativo e até ampliou a repressão política, abusando na sua severidade, não poupando nobres ou mesmo familiares quando em seus acessos de raiva, despertando a hostilidade de poderosas famílias russas.

> "Paulo (Pavel Petrovitch) era filho de Catarina II, porém o gênio havia pulado uma geração e deixou a Paulo pouco mais do que soturnas suspeitas e a demência do poder absoluto.
>
> Ele tinha oito anos de idade quando soube que seu pai, o Czar Pedro III, havia sido assassinado com a conivência de Aleksei Orlov, irmão de Grigori Orlov, o atual amante de sua mãe. Paulo jamais recuperou-se dessa revelação. No curso normal da sucessão, ele deveria ter herdado o trono de seu pai; Catarina passou-lhe à frente e assumiu o poder total. A primeira esposa de Paulo, com seu conhecimento, conspirava para destronar Catarina e fazer de Paulo czar; Catarina descobriu a conspiração e forçou Paulo e sua esposa a confessarem. A imperatriz reconheceu-o como herdeiro de sua autoridade, mas ele

nunca se sentiu seguro, pois poderia também ser eliminado antes que chegasse seu tempo. Sua esposa vivia em constante pavor, e morreu ao dar à luz uma criança morta.

(...) Sua mente já estava a ponto de perder o juízo quando, em 1796, depois de 42 anos de infelicidade, ele chegou afinal ao trono, que há longo tempo havia considerado ser seu de próprio direito." (DURANT, Will e Ariel. *A era de Napoleão*. Rio de Janeiro, Record, 1975. p. 653-4.)

Na política externa, Paulo juntou-se à Inglaterra e à Turquia contra a França, quando Napoleão invadiu o Egito, mas rompeu com os britânicos depois de opor-se ao seu domínio sobre a ilha de Malta, chegando então a aliar-se com Bonaparte, programando até a formação de um exército franco-russo para atacar a Índia dos ingleses.

Criando poderosas inimizades externas e internas, Paulo I perdeu rapidamente a liderança política e acabou vítima de um complô para derrubá-lo. Em 24 de março de 1801, o czar foi assassinado. O fato despertou boatos, não confirmados oficialmente, do envolvimento do embaixador inglês no caso, bem como do próprio filho e herdeiro de Paulo I, Alexandre.

Assumindo o trono com o título de Alexandre I (1801-25), o novo czar ganhou rápida popularidade ao pôr fim à repressão implacável de Paulo I e libertar milhares de prisioneiros políticos. Refletindo sua formação esclarecida (iluminista), determinou, em 1803, de acordo com o novo sistema de educação pública, denominado Estatuto das Escolas, a existência de uma universidade em cada uma das seis regiões em que foi dividida a Rússia, de uma escola secundária em cada província e uma primária para cada duas paróquias. Isto fez surgir as universidades de São Petersburgo, Kharkow e Kazan, que se somaram às de Moscou, Vilna e Dorpat. O plano, dizia-se, visava remover o abismo cultural entre as elites e as massas, estabelecendo níveis que iam da aldeia à universidade. Por falta de recursos e professores, além da posição reacionária dos dirigentes que temiam uma sublevação social, o Estatuto acabou obtendo algum sucesso na universidade e no secundário, porém apenas para as classes médias e superiores.

Na política externa, Alexandre restabeleceu a amizade com a Inglaterra, em 1805, integrando a Terceira Coligação contra a França napoleônica. Entretanto, em junho de 1807, os russos foram batidos na

batalha de Friedland, e, a seguir, Napoleão e Alexandre I firmaram a Paz de Tilsit. A partir de então, a Rússia aderiu ao Bloqueio Continental, submetendo-se à decisão de Bonaparte de não manter nenhuma relação comercial com os britânicos.

Se Tilsit, por um lado, evitou a marcha incontida de Napoleão em direção à Rússia, por outro, afetou toda a economia nacional, arruinando muitos comerciantes, atraindo críticas e forte oposição interna. Foi em meio a este quadro interno e externo que Alexandre I restaurou a censura e desconsiderou a continuidade das reformas modernizadoras, lideradas então pelo Conde Mikhail Mikhailovich Speransky e até aquele momento estimuladas pelo próprio czar. Em seu projeto final, Speransky pleiteava que em cada cidade (volost) os proprietários elegessem um conselho (Duma) que cuidaria da administração local e nomearia delegados para a Duma distrital. Esta faria o mesmo para a Duma provincial, que, por sua vez, escolheria os membros para a Duma nacional na capital, São Petersburgo. Tais delegados fariam sugestões ao czar, o único com poder de estabelecer leis.

Veja um ilustrativo memorando preparado em 1802 por Speransky, o ministro reformador, sobre a situação da Rússia de sua época, confirmando uma sociedade produzida e atrelada à estrutura política czarista:

"Eu gostaria muito que alguém me indicasse a diferença que existe entre a dependência dos camponeses em relação aos senhores e a dependência dos nobres em relação ao soberano... Em lugar de todas as esplêndidas divisões de um povo russo livre entre as três classes livres da nobreza, dos mercadores e do resto, encontro na Rússia duas classes: os escravos do soberano e os escravos dos senhores. Os primeiros só são chamados livres em relação aos segundos, mas não existem pessoas realmente livres na Rússia, exceto os mendigos e os filósofos. O que acaba de aniquilar toda a energia entre os russos é a relação em que essas duas espécies de escravos estão colocados uns no tocante aos outros. Interessa à nobreza que os camponeses estejam sujeitos ao seu poder sem limites; interessa aos camponeses que a nobreza se encontre no mesmo grau de dependência em relação ao trono. Não tendo nenhuma espécie de existência política, os nobres baseiam a liberdade da sua vida em suas rendas, sua terra, a cultura da sua terra e, por conseguinte, de acordo com o costume introduzido em nosso país, na sujeição dos camponeses. Os camponeses, na condição de escravidão que os oprime,

vêem no trono o único contrapeso capaz de moderar o poder dos senhores." (Citado in NERÉ, Jacques. *História contemporânea*. São Paulo, Difel, 1975. p. 279.)

Depois de 1810, diante das dificuldades econômicas devidas ao Bloqueio Continental e divergências territoriais com Bonaparte a respeito do domínio da Polônia, Alexandre I rompeu com a França e, a 29 de maio de 1812, declarou todos os portos russos abertos aos navios de todas as nações, o que representava uma efetiva declaração de guerra. No mês seguinte Bonaparte deu início à sua Campanha da Rússia, um empreendimento militar grandioso, com mais de 650 mil soldados, buscando fazer da Rússia um exemplo internacional do poderio napoleônico, sem o qual o Bloqueio Continental entraria em total descrédito.

No avanço sobre a Rússia, depois da grande vitória napoleônica de Borondino, a 7 de julho de 1812, os franceses conseguiram chegar a Moscou. Contudo, não obtiveram a esperada rendição do czar, deparando-se, ao contrário, com uma encarniçada resistência russa.

Sob o comando de Kutuzov, os russos adotaram a técnica da "terra arrasada", optando por um não-enfrentamento total com Napoleão, à exceção da Batalha de Borondino, que confirmara a superioridade francesa na confrontação direta. Abandonando cerca de 740 quilômetros de território aos invasores, os russos foram queimando tudo, nada deixando que pudesse servir de sustento e abrigo aos soldados de Napoleão.

A Moscou que conquistaram, em setembro de 1812, era uma cidade abandonada por sua população e sob um enorme incêndio provocado pelos próprios russos. Cerca de três quartos das construções, cuja maioria era de madeira, queimaram, ficando apenas as edificações de pedra.

A encarniçada resistência dos russos, o inverno rigorosíssimo e a fome obrigaram os franceses a recuar, com perdas gigantescas que aniquilaram o poderio napoleônico na Europa, culminando na derrota de Bonaparte em Leipzig, em 1813, na Batalha das Nações.

Em seguida à derrota francesa teve início o Congresso de Viena, onde a Rússia assumiu um significativo papel no "concerto europeu", buscado pelas potências vencedoras.

Alexandre I, além de encarnar uma absoluta oposição ao liberalismo, visto como responsável pela Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, aproveitou-se da vitória e concretizou o seu domínio sobre a Finlândia, a Bessarábia e outros territórios, como na fronteira polonesa, onde avançou da Rússia Branca até a Silésia.

Outra realização do Czar Alexandre I, no Congresso de Viena, foi a instalação da Santa Aliança, um instrumento militar intervencionista para reprimir movimentos revolucionários liberais e nacionais, sob a bandeira de "proteção" à paz e cumprimento às "verdades eternas" ensinadas por Deus segundo as regras da "caridade cristã".

Reformismo e esgotamento czarista Além da liderança reacionária internacional da Santa Aliança, Alexandre mantivera o seu absoluto centralismo czarista na política interna. Qualquer ameaça à ordem vigente na Rússia, seja à estrutura política, seja à ordem socioeconômica, o czar reprimia violentamente, a exemplo das revoltas camponesas ocorridas entre 1818 e 1820, na área do Don, da multiplicação de sociedades secretas e das manifestações de descontentamento no meio militar.

Com a morte de Alexandre I, em 1825, manifestações reformistas envolveram o meio militar, quando foi coroado sucessor o impopular irmão e herdeiro do czar, Nicolau I (1825-55).

Esta revolta liberal de dezembro de 1825 tinha por alvos, além da miséria popular, a autocracia czarista e a enferrujada servidão feudal, vistas como responsáveis pelo relativo atraso econômico russo perante as grandes potências ocidentais, que já viviam sua Revolução Industrial. Prisões, desterros e execuções desmantelaram o movimento contestatório, conhecido por Revolta dos Decembristas, que já havia fincado poderosas raízes por todo o país.

> "Em 1825, o império russo usou a Sibéria como exílio para seus primeiros presos políticos famosos. Eram 116 "decembristas", aristocratas e oficiais que promoveram uma rebelião fracassada contra o Czar Nicolau I.
>
> O tenente-coronel Matvei Muraviov-Apostol, um dos líderes da revolta, foi condenado a 20 anos de trabalhos forçados na Sibéria. Quando deixou sua casa, em São Petersburgo, a polícia czarista permitiu que ele levasse apenas três livros e um casaco de pele para enfrentar o frio de 50 graus abaixo de zero em Yakutsk.

Acompanhado pela mulher, Muraviov-Apostol levou três meses para chegar à colônia de Viliusk, onde trabalhou como lenhador, junto com outros 17 condenados. A jornada de trabalho durava 16 horas, com duas refeições diárias à base de carne de rena e uma cota de 100 gramas de vodca por dia." (SPITZCOVSKY, Jaime. In *Folha de S. Paulo*, 28/12/1993, p. 2-8.)

Depois da fracassada conspiração dos decembristas, coube a diversos intelectuais, envolvidos com a influência romântica de escritores ocidentais, sustentar uma continuada e expressiva crítica ao czarismo, a exemplo de Alexandre Puchkin (1799-1837) e Ivan Turgueniev (1818-83), entre outros.

"O jovem Puchkin desempenhou naquela época o papel de um lord Byron russo e se converteu em ídolo dos círculos mundanos. Na atualidade é considerado como um dos grandes mestres da literatura russa, o criador do imortal Eugenio Onieguim e do não menos célebre poema "Bóris Godunov" (...) Em diversas ocasiões Puchkin expressou seus ideais de liberdade em inspirados versos, e, desde o reinado de Alexandre I, a polícia o submetia a vigilância, considerando-o liberal e ateu. Puchkin foi detido também naqueles dias pela polícia do czar e deportado para a Rússia meridional; não obteve clemência até depois de submeter-se humildemente a Nicolau I, conseguindo então a liberdade, ainda que só de maneira nominal, já que todos os seus atos eram vigiados e sua produção literária submetida à censura. O czar em pessoa lia os manuscritos do poeta e redigia o comentário correspondente; desse modo, o autocrata cortava por si mesmo as asas do gênio das letras.

A vigilância exercida sobre Puchkin estava a cargo da tristemente célebre Terceira Seção do Ministério do Interior, ou seja, da polícia secreta." (GRIMBERG, Carl e SVANSTRÖM, Ragnar. *Historia universal Daimon*. Madrid, Ediciones Daimon, 1980. v. 10, p. 304-5.)

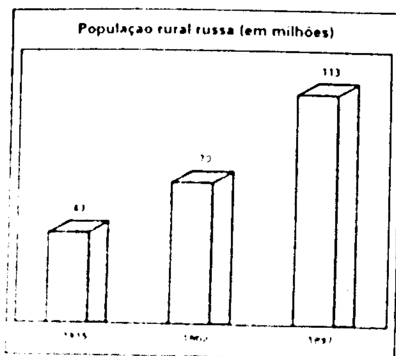
No início da segunda metade do século passado, enquanto o czarismo fazia de tudo para ampliar suas forças, incontrolavelmente emergiam fraquezas que apontavam seus limites e sua estrutura ultrapassada no mundo capitalista que se desenhava mundialmente.

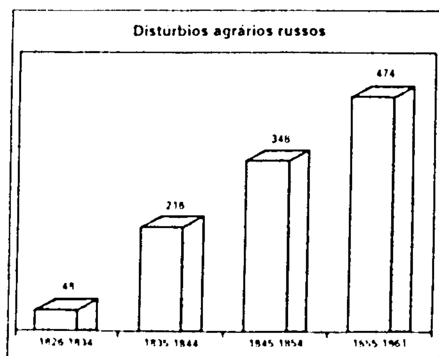
Um bom exemplo desse quadro deu-se com a Guerra da Criméia (1853-56), contra os turcos. Tal ofensiva era uma tentativa czarista de

assumir o controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, o que asseguraria uma passagem do mar Negro para o Mediterrâneo, aproveitando-se da fraqueza do decadente Império Turco-Otomano.

Entretanto, a ambição russa acabou atraindo a oposição da Inglaterra e da França, potências que viam a hegemonia russa na região como uma perigosa barreira ao expansionismo colonialista ocidental, então vital para o progressismo industrialista.

Assim, opondo-se à pretensa hegemonia russa no Oriente Médio, as potências ocidentais bateram o czar em terra e mar, revelando o seu atraso ante o mundo avançado capitalista. O Tratado de Paris, de 1856, encerrando o conflito, foi um duro golpe à política expansionista czarista e à estrutura absolutista governamental.





O enfraquecimento do Estado expansionista dinamizou o descontentamento popular, iniciando a Era das Reformas, como a redução da censura, a abolição da servidão e o estabelecimento da autonomia acadêmica das universidades. Era a opção reformista para buscar conter as crescentes pressões da nação russa, adotando a fórmula do próprio czar, que afirmava: "É preciso fazer a reforma de cima para baixo, em lugar de esperar que ela seja imposta de baixo para cima".

No caso do fim da servidão, decidido a 18 de fevereiro de 1861, o Czar Alexandre II (1855-81) libertou 40 milhões de camponeses sem alterar substancialmente a estrutura fundiária tradicional, evitando o confisco generalizado e a redistribuição de terras, como reivindicavam os diversos movimentos populares russos.

Mesmo a compra, por parte do governo, de propriedades que seriam distribuídas aos trabalhadores rurais livres dos nobres não con-

seguiu a simpatia popular, pois as propriedades eram entregues às aldeias (mir) que, por sua vez, repassavam os lotes aos camponeses mediante indenização ao Estado em prestações pagas durante 49 anos, transformando-os, na prática, em verdadeiros servos do Estado. Era um quadro de estímulo à tensão social, já que muitos desejavam bem mais que o conseguido e o czarismo optava por quase nada ceder às reivindicações nacionais.

Era uma época em que os movimentos revolucionários se multiplicavam, produzindo inúmeras organizações, com várias delas já incorporando os novos ideais socialistas, especialmente os da I Internacional, realizada em Londres, em 1864, na qual tiveram participação de destaque Karl Marx e o anarquista russo Mikhail Bakunin. O descontentamento russo mesclava-se com os novos princípios das avançadas economias industrializadas ocidentais, adaptando-os contra o czarismo, cabendo a Georgi Plekhanov a introdução do marxismo nos meios intelectuais russos, traduzindo o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels.

Acompanhando e estimulando a oposição, a Rússia experimentava um forte crescimento populacional e industrial. A população, que era de cerca de 74 milhões em 1860, chegou a 133 milhões em 1900, e a produção industrial de 1900 era sete vezes superior à de 1860, graças, em grande parte, aos imensos capitais ocidentais dirigidos para o país. No mesmo período, a safra líquida de cereais aumentou em 160% e as exportações mais que quintuplicaram.

Sob o patrocínio do Estado e com a atuação privada, também cresceu velozmente a produção de carvão, ferro e aço, e acelerou-se a construção de estradas de ferro, especialmente a da linha transiberiana, unindo os Urais a Vladivostok.

As grandes potências em 1900 (números arredondados):

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rússia	132,9	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
EUA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Alemanha	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Áustria-Hungria	45	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Japão	[illegible]	[illegible]	22,5	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Grã-Bretanha	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
França	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Outro aspecto importante era que o progressismo capitalista produzia uma significativa classe operária assimiladora das novas ideologias ocidentais, criando novas formas de lutas populares.

Um dos fortes grupos atuantes era o dos auto-proclamados **niilistas** (do latim *nihil*, 'nada'), que condenava todas as antigas idéias sobre religião, economia e sociedade, desejando destruir a estrutura social e política existente. Diferentemente do individualismo dos niilistas, surgiram também os coletivistas marxistas e os anarquistas seguidores de Bakunin e depois de Kropotkin e Tolstói. Atingindo a cultura, as transformações estimulavam também a atividade artística, destacando os nomes de Leon Tolstói (1828-1910), Fiódor Dostoievski (1821-81), Anton Tchekhov (1860-1904), Tchaikovski (1840-93) e Rimski-Korsakov (1844-1908), entre outros.

"Os ativistas do novo movimento revolucionário eram de fato gente 'nova' em lugar dos filhos da nobreza. De 924 pessoas presas ou exiladas entre 1873 e 1877, apenas 279 vinham de famílias nobres, 117 de funcionários não-nobres, 33 de comerciantes; 68 eram judeus, 92 vinham daquilo que se poderia chamar melhor de pequena burguesia urbana (meshchane), 138 eram nominalmente camponeses — presumivelmente de meios urbanos similares — e não menos de 197 eram filhos de padres. Não menos de 15% dos aproximadamente 1 600 propagandistas presos no período acima eram mulheres. O movimento inicialmente oscilou entre um terrorismo meio anárquico de pequenos grupos (sob a influência de Bakunin e Nechaev) e os defensores de educação política de massa do 'povo'. Mas o que veio eventualmente a prevalecer foi a organização conspiratória secreta, centralizada e rigidamente disciplinada..." (HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 183.)

Nesta efervescência contestatória e cultural nasceu o "setor russo" da I Internacional, sob a liderança de Herman Lopatin (1845-1918), e era traduzido para o russo o primeiro volume de *O capital*, obra central do marxismo.

Já em 1874, num desdobramento ativista, cerca de mil jovens russos partiram para as aldeias a fim de incitar a revolta nacional contra o czarismo, constituindo o grupo "narodniki", literalmente, "ida ao povo". A resposta quase nula dos camponeses a esta postura populista,

entretanto, motivou muitos daqueles revolucionários a optarem pelo radicalismo terrorista.

Pregando revolução e mudança, surgiram diversos grupos de jovens revolucionários cometendo atentados contra funcionários governamentais, cujo ápice, sob a liderança do grupo **Narodnaia Volia** (Vontade do Povo), foi o assassinato do Czar Alexandre II, em 1881.

> "A primeira tentativa de assassinato contra Alexandre teve lugar em 1866, e em seguida o czar viveu debaixo de constantes ameaças de bombas. Em 13 de março de 1881, Alexandre regressava de uma revista militar, quando uma bomba explodiu diante de sua carruagem; o czar desceu rapidamente para socorrer um soldado de sua escolta, ferido pela explosão, e, naquele preciso momento, o terrorista lançou uma segunda bomba; o imperador caiu com ambas as pernas destroçadas e faleceu uma hora depois." (GRIMBERG, Carl e SVANSTRÖM, Ragnar. *Historia universal Daimon.* Madrid, Ediciones Daimon, 1980. v. 11, p. 370.)

O Czar Alexandre III (1881-94), abalado pela violência popular e pela ebulição política, chegou no início de seu governo a deixar a capital, refugiando-se no palácio real de Gatchina, episódio conhecido como "o prisioneiro de Gatchina". Ao mesmo tempo desencadeou medidas repressoras violentas, ampliando a autoridade e a atuação da Okrana (polícia política), e implementando a **russificação**, ou seja, disseminando entre os súditos a língua, a religião e a cultura da "Mãe Rússia", o que facilitava a tarefa de governá-los.

Tal atuação, que foi liderada pelo conselheiro Konstantin Pobedonostsev, dirigiu-se mais intensamente contra poloneses, finlandeses e judeus — nacionalidades pertencentes à Rússia e consideradas as mais ameaçadoras à unidade imperial —, visando à imposição da língua russa, fazendo uso de perseguições e até pogroms. Em 1890, dos 50 mil presos políticos da Sibéria, 20 mil eram poloneses.

Do conjunto imperial de então, menos da metade da população era russa, englobando a oeste os povos bálticos, poloneses e romenos e ao sul os ucranianos, que tinham língua e tradições próprias. Incluíam-se ainda, ao sudeste, os georgianos e armênios; na região do Cáucaso, diversos pequenos povos, muitos deles muçulmanos; no vale do Volga, os muçulmanos tártaros; e, nas províncias asiáticas, os muçulmanos de língua turca e cultura persa, entre tantos outros.

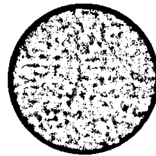
Vale registrar ainda que as iniciativas esclarecidas dos czares anteriores, como aquela impulsionada, em 1803, pelo Estatuto das Escolas, encontravam agora com o governo de Alexandre III um absoluto fracasso, pelo menos quanto a uma efetiva educação popular.

> Em 1887, o ministro da Educação fez circular entre os seus funcionários a seguinte determinação quanto às escolas secundárias:
>
> "Filhos de cocheiros, de empregados domésticos, cozinheiras, lavadeiras, pequenos empregados de comércio e pessoas do gênero, que, com a possível exceção dos extraordinariamente bem-dotados, não deveriam ser afastados do ambiente social a que pertencem."

A característica autocrata e repressiva do Estado russo permanecia inalterada e com reduzidas chances de transformar-se pacificamente numa estrutura mais liberal, segundo os moldes ocidentais, e continuou assim após a morte de Alexandre III, ocorrida em 1894.

4

Nascimento da URSS e sua evolução



Com o Czar Nicolau II (1894-1917), filho de Alexandre, acelerou-se ainda mais a industrialização.

O encorajamento progressista por parte do Estado tinha por expoente o Conde Sergei Witte, ministro das Finanças entre 1892 e 1903 e muito prestigiado nos meios financeiros internacionais, especialmente na França, principal país investidor na Rússia.

Contudo, o progressismo econômico era acompanhado pelo crescimento das dificuldades da estrutura czarista, com a multiplicação das manifestações políticas reformistas, das greves e dos movimentos revolucionários, despontando ativas lideranças populares, entre as quais a de Vladimir Ilich Ulianov, mais conhecido por Lênin.

Em 1903, os opositores ao czarismo dividiram-se basicamente em dois grandes grupos, fato definido no Congresso da Social-democracia dos Trabalhadores Russos, reunião feita em Londres: os **bolcheviques** e os **mencheviques**. Tais designações derivaram da presença majoritária ou minoritária dos opositores ao czarismo naquele congresso: *bolshe*, que em russo significa 'mais', e *menshe*, que significa 'menos'.

Os mencheviques eram liderados por Georgi Plekhanov e Iulii Martov, pregando a luta pelo amadurecimento capitalista da Rússia para só então almejar-se o socialismo. Já os bolcheviques defendiam a revolução socialista e a instalação da "ditadura do proletariado", sob a liderança de Lênin.

Enquanto a oposição ganhava cada vez mais seguidores, ramificando-se por todo o país, o governo russo se envolvia em uma nova confrontação internacional, fragilizando-se progressivamente.

A Guerra Russo-Japonesa (1904-5), produto da disputa pela Manchúria e pela Coréia, finalizou-se com uma rumorosa derrota do Czar Nicolau II, motivando a intensificação das manifestações antigovernamentais.

A Rússia, com a ajuda diplomática da Alemanha e da França e contrária à expansão japonesa sobre a China, obrigara o Japão a devolver Porto Arthur, na Manchúria do Sul, conquistado na Guerra Sino-Japonesa, de 1894.

A humilhação japonesa foi seguida do expansionismo russo na China, com a ampliação da estrada de ferro Transiberiana através da

Manchúria, encurtando distâncias russas para o seu porto do Pacífico, Vladivostok.

As divergências entre russos e japoneses na China continuaram crescendo e as mediações para dividir a região, ficando a Coréia para o Japão e a Manchúria para a Rússia, não tiveram sucesso, dada a ambição do czar em dominar ambas as regiões.

Por iniciativa do Japão, a guerra teve início em fevereiro de 1904 e a vitória japonesa acabou sendo conseguida com ataques rápidos, contando com a enorme lentidão das forças russas. Foi a primeira vitória asiática contra um exército ocidental usando as próprias armas e táticas deste último.

O acordo de paz foi mediado pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt e assinado em Portsmouth, EUA, onde os russos reconheceram a posse japonesa da Coréia e aceitaram a retirada de suas tropas de Porto Arthur, da Manchúria meridional e do sul de Sacalina, escapando apenas, por intermédio de Roosevelt, de uma indenização que os vitoriosos ainda reclamavam.

O desgaste czarista desembocou na **Revolução de 1905**. O estopim coube a uma manifestação popular pacífica, em frente ao palácio de inverno do governo, que pretendia entregar uma petição ao czar, com 135 mil assinaturas. Os manifestantes foram reprimidos violentamente, constituindo o que se denominou **Domingo Sangrento**.

"Famílias inteiras participavam das passeatas, muitas delas ostentando ícones e retratos do czar, o 'Paizinho' do povo russo. Durante o percurso pelas ruas da cidade, os participantes da marcha cantavam entusiasticamente não canções revolucionárias, mas hinos e, sobretudo, o 'Deus Salve o Czar'. Ninguém portava armas nem hostilizava, muito menos o líder da demonstração, um jovem sacerdote da Igreja Ortodoxa, padre Gapon. Não era um revolucionário. Era o organizador do Sindicato dos Trabalhadores Industriais russos, que tinha a aprovação e o apoio da polícia, e cuja intenção não era excitar as paixões do crescente proletariado industrial, mas antes controlá-las.

(...)

Muito antes que os manifestantes tivessem atingido a praça, destacamentos de tropas e da polícia fortemente armados obrigaram os vários cortejos isolados a parar. E, uma vez barrados, receberam ordens para se dispersar. Quando se recusaram a obedecê-las, os soldados atiraram. Primeiro, foram alguns tiros de festim. Depois, sem esperar

por maiores explicações, atiraram imediatamente com munição verdadeira sobre uma multidão indefesa de homens, mulheres e crianças. Caíram como gado abatido no matadouro: em questão de minutos, centenas de pessoas (a cifra oficial de 130 é baixa) jaziam mortas nas ruas e umas 3 mil feridas. A demonstração pacífica estava terminada. Novamente se fizera sentir a força da autocracia." (FLOYD, David. A revolução de 1905. In: *Século XX*. São Paulo, Abril, 1968. p. 107-8.)

O acontecimento foi seguido de uma onda de protestos por todo o império, desencadeando greve geral e levantes militares, como o do **Encouraçado Potemkin** da esquadra do mar Negro.

Enquanto na política externa Nicolau II via-se obrigado a assinar o Tratado de Portsmouth, de 5 de setembro de 1905, com o Japão, cedendo vários territórios orientais, internamente, poucas semanas depois, em 30 de outubro, teve de assinar o Manifesto de Outubro, prometendo estabelecer uma monarquia constitucional e parlamentar.

A agitação revolucionária impulsionava a formação dos **sovietes** — conselhos de trabalhadores — em várias regiões, ampliando o envolvimento popular, ao mesmo tempo em que era instalada a Duma (Parlamento), em maio de 1906, com deputados originários das elites nacionais.

Os atritos entre a autoridade do czar e a Duma cresceram tão rapidamente que logo desembocaram em impasses, culminando no fechamento do Legislativo, sendo o ministro Stolypin, organizador das reformas políticas, assassinado por opositores radicais ao governo em 1911. Era o retorno à autocracia czarista, acompanhado do desprestígio de Nicolau II e de tensão política.

A impopularidade do czar foi ainda favorecida pela atuação do monge da Corte, Rasputin, que cuidava da saúde do príncipe Alexis e era considerado homem de confiança da Czarina Alexandra, com enorme força política governamental. A proximidade do monge com a czarina e o seu assassinato, em dezembro de 1916, estimularam as mais azedas críticas à estrutura de poder de Nicolau II.

Fim do czarismo e Revolução de 1917 A **Primeira Guerra Mundial** (1914-8) foi o pano de fundo para o colapso final do czarismo. Membro da **Tríplice Entente** com a Inglaterra e a França, o czar opunha-se ao expansionismo dos impérios centrais (Alemanha e Áustria-Hungria) na região balcânica.

A Rússia solidarizava-se com a Sérvia contra a Áustria-Hungria e Alemanha, uma ligação que reafirmava o seu pan-eslavismo, tão estimulado com a russificação desenvolvida desde o século XIX. Esta "Questão Balcânica" foi o elemento deflagrador da Primeira Guerra, tendo por estopim o assassinato, em Sarajevo, do herdeiro do trono austro-húngaro, Francisco Ferdinando, em junho de 1914.

As potências aliadas acreditavam numa guerra rápida e curta contra o bloco alemão. Entretanto, ela foi desastrosa para todos os lados, especialmente para a Rússia czarista, impulsionando suas seculares debilidades políticas e econômicas, fazendo de Nicolau II o responsável direto pelas sucessivas derrotas.

No final de 1916 e início de 1917, a Rússia encontrava-se arrasada militarmente e desorganizada economicamente. Com mais de 1,5 milhão de mortos na guerra e um crescente desabastecimento urbano, com boa parte do território ocupada pelos alemães, enquanto Finlândia, Estônia, Bessarábia e Ucrânia proclamavam-se independentes, o czarismo atingia o limite da sua decadência.

Em março de 1917 (ou fevereiro no calendário juliano que então se adotava), Nicolau II foi deposto e substituído por uma República Parlamentar (República da Duma), tendo à frente o menchevique Kerensky.

Comprometido com as potências aliadas, que constituíam os principais investidores capitalistas do país, o novo governo parlamentar manteve a Rússia na guerra, não produzindo uma substancial alteração do quadro de crise nacional.

Por outro lado, líderes revolucionários, tendo à frente Lênin e Trótski, cresciam em popularidade e liderança nacional com as suas "Teses de Abril", princípios políticos dos bolcheviques fundados no *slogan* "Paz, Terra e Pão". Defendiam a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, a divisão das propriedades rurais entre os camponeses e a regularização do abastecimento interno.

Contra a Duma de Kerensky, pregavam "todo poder aos sovietes", ao mesmo tempo em que Lênin buscava apoio internacional (especialmente dos alemães, parte interessada no sucesso do programa bolchevique) e Trótski organizava uma milícia armada de trabalhadores e soldados desertores, a Guarda Vermelha, para enfrentar e derrubar o governo menchevique.

O desgaste da Duma acelerou-se ainda mais com a intensificação dos combates alemães, quando a 7 de novembro (ou 25 de outubro no calendário juliano) os bolcheviques tomaram a sede governamental e estabeleceram o Conselho de Comissários do Povo, o nome do novo governo russo, tendo Lênin na presidência, Trótski no comando dos Negócios Externos e Stálin nos Negócios Internos.

Governo soviético de Lênin (1917-24) Entre as primeiras medidas do governo de Lênin estavam a nacionalização de indústrias e bancos, a reforma agrária e a assinatura de um acordo de paz em separado com a Alemanha, a paz **Brest-Litovsk**, de 1918, saindo da guerra. Neste acordo com os alemães, a Rússia perdeu alguns territórios como Letônia, Lituânia, Estônia, Finlândia, Ucrânia e Polônia, além de pagar uma pesada indenização em ouro e trigo, como reparações de guerra. Outra medida de destaque tomada naquele mesmo ano foi a execução da família imperial, em Ekaterinburg.

As decisões revolucionárias ativaram a oposição, levando mencheviques e czaristas a se aliarem, iniciando a resistência militar ao novo governo, compondo o que chamavam de "russos brancos".

Tropas francesas, inglesas, japonesas e norte-americanas desembarcaram no país em socorro aos "brancos" contra o **Exército Vermelho** bolchevique, mergulhando a Rússia numa sangrenta **guerra civil** (1917-21).

À quantidade de vítimas diretas das guerras (mundial e civil) acrescentou-se o número de pessoas que pereceram com a fome, o frio e as epidemias, gerando um total estimado entre 15 e 20 milhões de pessoas mortas de 1914 a 1921. Somente em 1920, mais de 3,5 milhões de russos morreram devido a uma epidemia de tifo, e a cidade de Petrogrado, que já possuíra uma população próxima à casa dos 2 milhões, passou a ter menos de 700 mil habitantes.

Os vitoriosos vermelhos da guerra civil de 1917 a 1921 herdaram uma Rússia em situação de esgotamento, de caos político e sob uma economia arruinada, tendo de enfrentar divergências internas e até mesmo contestações de camponeses — como os do baixo Volga, do Ural e da Sibéria ocidental — e de importantes centros militares, como dos marinheiros de Kronstad, importante base naval russa do Báltico.

"Com efeito, o poder soviético se vê colocado, no princípio de 1921, diante de uma dupla ameaça. De um lado, em março de 1921, a insurreição do arsenal de Kronstad, que fora, em 1917, um dos mais sólidos pontos de apoio dos bolcheviques. Esse movimento parece essencialmente político, eis que, aos gritos de: 'Vivam os sovietes, abaixo os bolcheviques!', reclama uma liberalização do regime. Mas é difícil deixar de relacioná-lo com as atrozes condições de vida que reinam em certas cidades. A insurreição, aliás, foi prontamente esmagada." (NERÉ, Jacques. *História contemporânea*. São Paulo, Difel, 1975. p. 429.)

Os primeiros anos do governo de Lênin tiveram por base o "Comunismo de Guerra", política econômica que confiscava a produção para financiar o esforço de guerra contra os "brancos" e potências aliadas.

Com a vitória vermelha e as monumentais dificuldades, Lênin estabeleceu a Nova Política Econômica (NEP), 1921-8, um conjunto de medidas, muitas delas impostas segundo as circunstâncias, que envolviam planejamento estatal socialista e práticas capitalistas de mercado, contando com a atuação de importantes economistas russos, destacando-se o famoso Nikolai Kondratieff (1892-1930).

A NEP estimulava a pequena manufatura privada, o livre comércio, cabendo ao Estado cerca de 10% da produção camponesa, enquanto o restante poderia dirigir-se livremente ao mercado, estimulando, assim, a produtividade e a normalização do abastecimento. Era, como dizia Lênin, justificando os ingredientes capitalistas motivadores da produção e abastecimento, "um passo atrás, para dar dois passos à frente".

Em contrapartida à liberalização econômica, consolidou-se politicamente o centralismo governamental, com a supremacia do **Partido Comunista Russo**, nome adotado pelos bolcheviques a partir de 1918 e único partido permitido a funcionar. Com a oficialização, em 1923, do nome do país, que passou a chamar-se União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o ex-partido bolchevique transformou-se, já em 1925, no **Partido Comunista da União Soviética (PCUS)**.

É importante destacar também que a liberdade econômica produzida pela NEP não tirou do Estado soviético o controle do comércio exterior, da grande indústria e construção, nem a unificação sindical.

Admite-se que milhões de pessoas morreram e milhões de outras foram aprisionadas ou mandadas para serviços forçados em regiões remotas como a Sibéria. Isto sem contar que cerca de 11 milhões de pessoas foram obrigadas a se deslocar para as cidades, segundo o esforço industrializante dos "planos qüinqüenais".

O resultado socioeconômico, contudo, possibilitou o aumento constante da produção agrícola, permitindo ao governo, já em 1935, abolir o racionamento do pão e de outros gêneros alimentícios. No ano seguinte, terminou também o racionamento de manufaturados.

Por outro lado, o desenvolvimento produtivo elevou a URSS à posição de potência mundial, como demonstram os dados da página 61.

Governos soviéticos pós-Stálin (1953-85) Depois das muitas turbulências revolucionárias, seguidas do crescimento econômico e da plena centralização política e administrativa, a União Soviética teve de enfrentar ainda os efeitos arrasadores da Segunda Guerra Mundial (1939-45), responsável pela morte de mais de 20 milhões de soviéticos e pela destruição de mais de 1 500 cidades.

Em 1945, terminando o perigo nazista, o país já possuía forças suficientes para exercer hegemonia sobre diversos países do Leste europeu e dividir com os Estados Unidos a supremacia mundial. Ainda com Stálin no poder, e depois com seus sucessores, a União Soviética continuaria apresentando resultados positivos com base na planificação estatal, aplicada nos sucessivos "planos qüinqüenais".

O período pós-Segunda Guerra caracterizou-se pelo armamentismo e crescente tensão entre os dois grandes blocos antagônicos, EUA e URSS, produzindo conflitos regionais sem, entretanto, desdobrarem-se em uma guerra generalizada, constituindo o que se denominou **Guerra Fria**. Esta duraria até 1989, quando da queda do **Muro de Berlim**, o símbolo da divisão militar, política, ideológica e econômica do período.

Na corrida armamentista, a URSS de Stálin buscou equiparar-se aos Estados Unidos, explodindo a sua primeira bomba atômica em 1949, domínio que os norte-americanos já possuíam desde 1945.

No ano seguinte a este avanço soviético, teve início a **Guerra da Coréia** (1950-3), o que constituiu um confronto localizado entre capitalistas e comunistas, levantando possibilidades de uma ampliação e

generalização do conflito. Outros diversos pontos de confronto Leste-Oeste seguiram-se ao da Guerra da Coréia, obrigando a estrutura soviética a um contínuo aperfeiçoamento bélico.

Com a morte de Stálin, em 1953, teve início um período de reaproximação entre URSS e EUA, conhecido como **coexistência pacífica**.

Com Nikita Kruschev (1954-64) buscou-se reverter a estrutura centralizada da era stalinista e eliminar os entraves burocráticos que barravam a dinamização produtiva soviética, dando início a uma política de abertura e reformulações políticas.

No **XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética**, em fevereiro de 1956, Kruschev condenou o "culto da personalidade", o centralismo administrativo, a burocracia e a repressão stalinista e defendeu a dinamização socialista, o estímulo à produção de bens de consumo, buscando elevar o padrão de vida da população, já com perspectivas de estrangulamento e crescente distanciamento dos centros dinâmicos capitalistas ocidentais. Kruschev também defendeu um maior intercâmbio político-econômico com o bloco ocidental e uma coexistência pacífica com esses seus rivais capitalistas.

Como resultado dos efeitos dinamizadores da desestalinização promovida por Kruschev, destacaram-se o lançamento do Sputnik (1957), primeiro satélite artificial da corrida espacial, e o primeiro vôo tripulado, de Iúri Gagárin (1961), colocando a URSS, pelo menos naquele momento, na vanguarda tecnológica espacial.

Em 1964, entretanto, Kruschev foi destituído do poder pelos líderes da *nomenklatura* (membros privilegiados da burocracia stalinista), assumindo o governo Leonid Brejnev (1964-82).

Durante o governo Brejnev, retomou-se o centralismo administrativo, sepultando as poucas medidas de abertura implementadas pelo governo anterior. Na política externa emergiram várias novas disputas com o bloco capitalista — motivando a continuada corrida armamentista —, às vezes seguidas de novas reaproximações e acordos, como a dos anos 70, a denominada *Détente* (distensão).

No período Brejnev, a estrutura socialista consolidou os sinais de um relativo e crescente atraso tecnológico e econômico ante as economias capitalistas mais desenvolvidas, países da denominada "terceira onda" (ou de alta tecnologia), firmando os motivos que levariam a URSS a mergulhar em sucessivas crises e até desaparecer em 1991.

"Quando o desenvolvimento econômico mundial ganhou uma nova dinâmica tecnológica, sustentada por inovações ultra-rápidas, a obsolescência dos novos estágios técnicos começou a ocorrer no curto prazo. A produção planificada e centralista do socialismo começou, então, a perder terreno para o capitalismo, e sua capacidade produtiva nem de longe se comparava à de seus rivais.

A imprevisibilidade dessa nova fase transformava o aparelho administrativo centralista em um entrave às novas conquistas tecnológicas. Não havia como definir e controlar o ritmo de desenvolvimento, e para obterem-se desdobramentos tecnológicos era necessário estimular decisivamente as pesquisas. Mas não havia capitais suficientes, já que somas gigantescas eram gastas para acompanhar a corrida armamentista.

Não era mais como no período anterior, em que a conquista de um novo estágio produtivo dependia de etapas programáveis para a produção industrial. Firmava-se a fase avançada da tecnologia, assentada na microeletrônica, na robótica industrial, na computadorização dos serviços, na química fina e na biotecnologia, que garantia uma produtividade de bens materiais muito superior a todas as etapas tecnológicas anteriores.

A partir da década de 60, aos primeiros sinais da nova fase industrial de alta tecnologia, o governo soviético optou por uma posição conservadora, reforçando o centralismo administrativo e tomando algumas medidas limitadas, insuficientes para acompanhar a dinâmica dessa fase econômica. A era Brejnev firmou esse caráter, que distanciou a capacidade econômica soviética da alcançada pelos países capitalistas." (VICENTINO, Cláudio e SCALZARETTO, Reinaldo. *A nova ordem internacional*. São Paulo, Scipione, 1992. p. 18-9.)

5

Fim da URSS

O final do governo Brejnev coincidiu com o abandono da *Détente*, que propiciara os primeiros tratados de limitação do poder bélico, os quais buscavam refrear a corrida armamentista das duas superpotências (EUA e URSS), destacando-se o **SALT 1**, o primeiro Tratado sobre Limitação de Armas Estratégicas (Strategic Arms Limitation Treaty), de 1972, e o **SALT 2**, de 1979.

Neste último ano, as relações de entendimentos entre os dois blocos foram estremecidas, entre outras razões, com a intervenção soviética no Afeganistão, sendo que nos anos 80 o presidente norte-americano Ronald Reagan retomou a política do intimidamento, acelerando a corrida armamentista, cujo ápice se deu com o alardeado programa militar denominado **Guerra nas Estrelas**. Tal projeto objetivava a construção de poderosos mísseis dirigidos para o céu que funcionariam como escudos protetores sobre os Estados Unidos contra possíveis mísseis inimigos.

Em meio ao descompasso econômico da URSS ante os países capitalistas desenvolvidos e o reinício da corrida armamentista dos anos 80, deu-se a morte de Brejnev e sua sucessão com breves governantes. Foi assim com o governo de Iúri Andropov (1982-4) e Konstantin Tchernenko (1984-5), que pouco ou quase nada alteraram do quadro geral herdado da era Brejnev.

Governo Gorbatchev (1985-91) e implosão soviética

Com a morte de Tchernenko teve início o governo de Mikhail Gorbatchev, que adotou um amplo processo de mudanças fundado em três pilares básicos: a busca da *distensão* internacional, com acordos que pudessem interromper a corrida militar nuclear; a reestruturação econômica interna, apelidada de *perestroika*; e a abertura política socialista, anulando o centralismo do poder e o domínio da burocracia, denominada *glasnost*.

Com a distensão e o desarmamento, Gorbatchev desejava pôr fim aos imensos gastos governamentais na corrida bélica, liberando recursos que poderiam servir para ativar a produtividade nacional. Com a reestruturação, buscava quebrar o domínio planificador centralizado, impulsionar a economia e até atrair investimentos capitalistas. Com a *glasnost*, ele objetivava quebrar o domínio burocrático, que não só impedia a criatividade, como também representava engessamento

impeditivo à movimentação da sociedade que ansiava por liberdade e por novos, mais e melhores bens produzidos.

Resumidamente, as principais razões da crise soviética eram:

Externas:

- o desenvolvimento capitalista da Terceira Revolução Industrial, liderando a produtividade em todas as áreas;
- a corrida armamentista, obrigando os soviéticos a continuados gastos para preservar a correlação de forças bélicas e estratégicas;
- pressões internacionais ininterruptas pela liberalização política soviética e de seus aliados e, ideologicamente, as cobranças pelos limites alcançados no bem-estar social quando comparado com as classes médias e altas das áreas desenvolvidas do capitalismo.

Internas:

- a burocracia que entravava as inovações tecnológicas e a livre circulação de idéias e criatividade;
- o centralismo político-econômico, que imprimia lentidão na tomada de decisões e implementação produtiva, contrastando com a rapidez e dinamismo dos países capitalistas fundados no lucro individual;
- os enormes gastos exigidos pela Guerra Fria, seja na indústria bélica, seja para garantir Estados e grupos políticos aliados da URSS;
- a limitada produtividade e baixa qualidade dos bens de consumo soviéticos ante as crescentes exigências sociais de consumo no interior da URSS e por parte de seus aliados.

Já no início de suas reformas, Gorbatchev insistiu na interrupção da corrida armamentista, conseguindo, pouco a pouco, prestígio internacional e, depois, acordos bilaterais que, somados a outros acontecimentos, culminaram no final da Guerra Fria.

No plano interno, Gorbatchev estabeleceu o fim do monopartidarismo — até então só existia o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) —, o que originou diversos outros partidos e ascensão de novas lideranças políticas. Ao mesmo tempo, os burocratas tradicionais, a chamada *nomenklatura*, ameaçados em suas funções e privilégios, tudo faziam para emperrar ainda mais a produção nacional, ampliando as já enormes dificuldades da população, irradiando descontentamento e ativando certa impopularidade de Gorbatchev.

Em meio a tais transformações, emergiram duas poderosas forças políticas dentro da URSS: os **conservadores** (antiperestroikistas), contrários às mudanças defendidas por Gorbatchev, e os **reformistas** (ultraperestroikistas), defensores da aceleração reformista. Um dos principais líderes desta última facção era Bóris Yeltsin que, com suas pregações de reformas radicais e rápidas, acabou ganhando popularidade e foi eleito presidente da Rússia, a principal república entre as 15 que formavam a União Soviética.

Ao mesmo tempo em que Gorbatchev enfrentava pressões internas, contra ou por mais mudanças, e avançava nos acordos de distensão total com o bloco capitalista, suas reformas ganhavam uma dinâmica própria, irradiando-se pelo Leste europeu, quebrando a unidade do bloco comunista e ampliando, assim, sua impopularidade interna, com o desmantelamento da unidade socialista.

A velocidade das mudanças no bloco socialista do Leste europeu foi quase absoluta e radical, demolindo as estruturas centralizadas e dominadas pelos partidos comunistas locais. O fato mais expressivo do processo deu-se com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a posterior reunificação da Alemanha, acontecimento que foi considerado pela mídia internacional como o marco final do período da Guerra Fria. O avanço das mudanças socialistas, internas e externas, alcançou, em 1991, após os profundos cortes do arsenal nuclear, a organização militar do bloco soviético: o **Pacto de Varsóvia** teve seu fim, consolidando o encerramento da Guerra Fria.

Entretanto, dentro da União Soviética cresciam os desequilíbrios entre a produção interna e as necessidades de consumo da população, ampliando a crise econômica e as dificuldades soviéticas, corroboradas com a multiplicação dos conflitos regionais, favorecidos pela grande diversidade étnica.

Em tal quadro, em 1991, as repúblicas bálticas — Estônia, Letônia e Lituânia —, pertencentes à URSS desde 1940, conseguiram sua independência, representando a primeira fragmentação da União Soviética de Gorbatchev.

Em agosto, membros da cúpula governamental soviética afastaram Gorbatchev do governo. Era um *putsch* conservador, uma tentativa de golpe de Estado por parte da facção conservadora. Entretanto, em reação aos golpistas o presidente russo Yeltsin decidiu pela resistência armada, ganhando apoio popular e concentrando as operações contra os

conservadores na sede do Parlamento, em Moscou. Diante do êxito da resistência interna e da condenação internacional, os golpistas acabaram derrotados.

Nesse momento, aproveitando-se do prestígio alcançado e da fragilidade de Gorbatchev, que retornava à direção do país após o fracasso do golpe, Yeltsin desfechou um verdadeiro e derradeiro golpe político em dezembro de 1991. Nessa data, Yeltsin e presidentes de outras repúblicas da União proclamaram a extinção da URSS e a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI). Dias depois, Gorbatchev renunciava à presidência de um país que não mais existia.

Rússia pós-URSS Após o fim da URSS, cada uma de suas ex-repúblicas buscou desenvolver um ritmo próprio de transformações, não raramente mergulhados, os agora países independentes, em progressivas dificuldades econômicas, sociais, políticas e étnicas.

Sobre a questão da enorme diversidade étnica da região, vale ressaltar que durante o período soviético acentuou-se ainda mais a distribuição espacial dos seus vários povos — a exemplo dos 25 milhões de russos que vivem fora da Rússia —, os quais, com o colapso produtivo e inflação ascendente dos primeiros anos pós-Gorbatchev, têm servido de estímulo aos nacionalismos.

Russos nas ex-repúblicas soviéticas
(Fonte *The Economist*, dezembro/1994)

1991	russos (em mil)	% da população
Azerbaijão	289	4,1
Armênia	37	1,1
Bielarus	1 377	13,5
Geórgia	318	5,9
Casaquistão	6 244	37,3
Quirguízia	905	20,6
Moldova	560	12,8
Tajiquistão	349	6,5
Turcomenistão	328	8,8
Usbequistão	1 589	7,7
Ucrânia	11 481	22,2

Sem dúvida, as péssimas condições econômicas dos últimos anos e as perspectivas não muito otimistas para os próximos têm sido o principal combustível para impasses e disputas locais e regionais.

A Ucrânia, por exemplo, após adotar uma moeda provisória (a *karbovanets*) em substituição ao rublo, atingiu índices inflacionários de quase 70% ao mês, em 1993, e um total anual de 5 000%. O descalabro econômico transformou-se no principal responsável pela derrota do presidente nacionalista Leonid Kravchuk à reeleição, em julho de 1994, para um ex-administrador de uma fábrica de mísseis e defensor de reformas econômicas graduais, Leonid Kuchma. Somente em 1994, a produção da Ucrânia recuou 20% em relação a 1993, ano em que o PIB (Produto Interno Bruto) do país já declinara 14%.

Em 1993, nove dos 15 países da ex-URSS tiveram taxas de inflação anuais de mais de 1 000%, cabendo a liderança à Ucrânia, seguida da Armênia com 2 500% e Casaquistão com 2 146%. Comparativamente, os países bálticos ficaram com taxas anuais de inflação bem modestas ante os demais Estados da ex-URSS, ficando a Lituânia com 410%, a Letônia com 109% e a Estônia com 89%.

Também em situação nada fácil encontrava-se o Usbequistão que, como o Casaquistão, emitiu suas próprias moedas (o *tenge* e os *usbeques*) e, em condições bem mais graves, a Armênia, a Geórgia e o Azerbaijão, com conflitos armados internos e fronteiriços e centenas de milhares de refugiados. Cada um destes dois últimos países apresentou uma queda na produção nacional da ordem de 30% em 1993, índice bem acima da média da queda de todos os 15 países que antes faziam parte da URSS, que foi de 15% no mesmo período. No ano anterior, a média da queda alcançara 18% em toda a região.

Enfim, apenas duas ex-repúblicas soviéticas apresentaram, em 1993, alguma relativa estabilidade: a Bielarus (Bielorrússia) e o Turcomenistão, cuja moeda (o *manat*) é garantida por reservas obtidas pela exportação de gás, sendo considerado o terceiro maior país produtor do mundo. O Turcomenistão, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional), teve um crescimento do PIB de 9%, em 1993.

Outra questão que gerou sérias dificuldades regionais foi a da herança dos despojos militares da ex-URSS, quando, então, a Ucrânia se transformou na terceira maior potência nuclear do mundo, possuidora de milhares de mísseis atômicos. Somente em novembro de 1993 o país comprometeu-se a ratificar o Tratado de Redução de Armamentos

Estratégicos (START), porém impondo certas condições, como a manutenção, em seu território, do arsenal nuclear, garantias contra agressões militares internacionais e compensações financeiras pela perda das armas a serem destruídas.

De todas as ex-repúblicas, a Rússia era, sem dúvida, a mais rica e poderosa, considerada eixo principal das transformações regionais. Nestes anos 90, especialmente de 1992 até o início de 1995, a Rússia se transformou numa incógnita, seja quanto à sua estrutura política, seja quanto ao seu descalabro social e econômico. As dificuldades aumentaram muito nos setores industriais estatais, afetando profundamente a maioria da população, já que apenas 6% dos russos trabalhavam na agricultura e 93%, nas empresas estatais.

Na produção, a Rússia teve sua economia retraída em 13% em 1991, e em mais de 19% em 1992, seguida do descontrole financeiro que se desdobrou em índices inflacionários elevados, muitas vezes superando os 25% ao mês. Em 1993, estimou-se uma queda na produção de mais 12% e uma inflação anual perto dos 1 000%. Em 1994, o PIB encolheu mais 15%, e a inflação anual ficou pouco abaixo dos 300%. No início de 1995, devido ao agravamento da guerra entre a Rússia e a Chechênia, república que proclamou sua independência frente a Moscou, a situação econômica ficou ainda mais difícil, surgindo sinais de elevação das taxas inflacionárias. Para comparação, em 1990, toda a região da URSS apresentava uma inflação anual de apenas 5%, ao passo que, em dezembro de 1994, a taxa inflacionária da Rússia chegava a 14%, apenas em um mês.

Segundo o vice-presidente do Banco Mundial para a região, Wilfried Thalwitz, entre 10 e 20 bilhões de dólares deixaram a Rússia somente em 1992, uma quantia perto de 15% do seu PIB, um escoamento que dificultou seriamente o declarado processo de privatização econômica e investimentos do governo Yeltsin. Apesar da falta de dados confiáveis, tudo indica que nos anos seguintes a fuga de capitais continuou acontecendo.

Comparativamente, em apenas três anos, de 1991 a 1993, estimou-se que o PIB russo tenha caído nada menos do que 38%, enquanto a grande depressão norte-americana de 1929-33 (Quebra da Bolsa de Nova Iorque) diminuiu o PIB nacional daquele país em 30%.

As autoridades governamentais têm repetido que acreditam em taxas inflacionárias cada vez mais baixas em 1995 sem, contudo, obter

credibilidade nos meios financeiros e mesmo uma plena reversão para o desenvolvimento econômico. Em 1994, Vitor Chernomyrdin, o primeiro-ministro russo, e Alexander Shikhin, ministro da Economia, reiteraram por diversas vezes a queda da produção industrial em 15% em 1995 e o declínio do PIB de cerca de 5%, atingindo "uma estabilização, em nível de crise".

No plano social, o processo de privatização originou emergentes empresários e banqueiros, ao mesmo tempo em que ampliou o desemprego. Oficialmente, admitia-se um contingente de desempregados perto de 1 milhão em 1993 e 4 milhões em 1994, isto sem contar os vários milhões que tiveram suas jornadas de trabalho diminuídas. Entretanto, segundo vários órgãos internacionais, como o FMI, admite-se que o desemprego tenha atingido mais de 5,3 milhões de pessoas no final de 1994, uma elevação de 29% sobre o ano anterior.

As mudanças operadas na Rússia nos últimos anos impuseram novas e maiores dificuldades alimentares à população e a proliferação de organizações criminosas, o que tem aumentado as barreiras à introdução de uma economia de mercado no país. Mesmo assim, em 1994, o setor privado foi responsável por mais da metade do PIB, pela primeira vez, com 62% da produção.

O próprio presidente do Banco Central russo, Viktor Gerashenko, chegou a dizer que "infelizmente o governo não está em condições de dar proteção eficiente à comunidade de negócios, mesmo depois de muitas advertências e apelos". Somente em 1993, foram assassinados oito destacados banqueiros, sendo que o último, em dezembro, provocou uma greve do setor financeiro de um dia, em Moscou. Em 1994 e início de 1995, não eram raros os comentários da grande imprensa mundial sobre "máfias" que controlavam importantes áreas políticas e econômicas do país.

É destacável que boa parte das pessoas que ascenderam socialmente no processo de privatização do governo Yeltsin seja composta de antigos membros da burocracia, que se aproveitaram de oportunidades e espaços há muito obtidos, não ocorrendo uma democratização de oportunidades econômicas para o pleno estabelecimento de uma economia de mercado equilibrada e forte. Tudo isto é consideravelmente marcante, já que o país não pode contar com uma classe empresarial no sentido capitalista do termo, mas advinda das estruturas burocráticas anteriores.

Reforça-se a secular norma russa em que é o Estado, com sua estrutura política, que, produzindo e definindo a sociedade, ocupa uma

função muito acima de mero administrador, organizador e representante de interesses privados, como tem sido comum nas nações capitalistas avançadas atuais.

No plano político, foram crescentes os atritos entre Yeltsin, representando o Poder Executivo, e o Parlamento — o Legislativo eleito em 1990. Em setembro de 1993, Yeltsin proclamou o fechamento do Parlamento, o que provocou pronta reação dos deputados, que determinaram o seu afastamento, nomeando o vice, Alexander Rutskoi, como seu sucessor.

Nas semanas seguintes o clima de tensão entre as duas partes foi crescendo, até que, no início de outubro daquele ano, deputados e milhares de simpatizantes forneceram o pretexto que Yeltsin desejava: sob ordens de Rutskoi e do presidente do Parlamento, Ruslan Khasbulatov, atacaram o edifício da administração da prefeitura de Moscou, em frente à Casa Branca (sede do Parlamento), e o edifício da estação de televisão, numa clara opção armada contra o poder de Yeltsin. Este, então, convocou as forças militares, até aquele momento afastadas de todas as grandes questões nacionais, e atacou violentamente a sede parlamentar, o mesmo local que servira à resistência de Yeltsin contra os golpistas conservadores de 1991.

À derrota da oposição política institucional a Yeltsin, seguiram-se as eleições de dezembro de 1993, nas quais aprovou-se uma nova Constituição para o país e foram escolhidos os deputados que formaram o novo Legislativo russo.

A Constituição russa de 1993 reestruturou a ordem política nacional, limitando o Poder Legislativo, agora dividido em uma Câmara Baixa, a Duma, e a Câmara Alta, ou Conselho da Federação, esta formada por dois representantes de cada uma das 89 regiões, repúblicas e outras divisões da Federação russa.

No Legislativo, elegeu-se um grande número de deputados nacionalistas e comunistas (145, de um total de 450), o que representou uma limitação à rapidez reformista dos seguidores de Yeltsin. Não se produziram, contudo, barreiras maiores ao governo, porque a nova Constituição tinha reforçado enormemente os poderes do Executivo, representado por Yeltsin, quase transformado num novo czar russo.

O próprio Poder Judiciário ficou sem presidente constitucional depois que o último presidente do tribunal, Valery Zorkin, apoiou o presidente do Parlamento, Ruslan Khasbulatov, contrário a Yeltsin, sendo então afastado, em outubro de 1993. Até setembro de 1994 ainda

não havia sido escolhido o seu sucessor, faltando, assim, a garantia de uma relativa autonomia judiciária.

Alguns jornalistas internacionais chegaram a apontar que o Judiciário muito pouco havia mudado em comparação com a era soviética. Naquele período, ele sempre servia aos interesses do PCUS, passando agora a servir muitas vezes ao Poder Executivo ou, como tem sido cada vez mais comum e denunciado, a interesses particulares nada éticos, vendendo vereditos para aqueles que oferecem maiores lances nas disputas comerciais. (The Economist, in *Gazeta Mercantil*, 12/9/1994, p. 7.)

É também sintomático dos novos tempos e das dificuldades nacionais o despontar de novas lideranças políticas, especialmente advindas das eleições de dezembro de 1993, como a de Sergei Baburin, nacionalista e crítico de Yeltsin, originário de Omsk, na Sibéria, e ex-deputado do Parlamento, fechado à força em 3 e 4 de outubro de 1993. Outra dessas novas lideranças é a de Yuri Voronin, ex-vice-presidente do antigo Parlamento. Voronin, um ex-aparatniks, funcionário superior do Partido, é muito popular na cidade industrial de Zelenodolsk e nos meios rurais próximos. Oposto a Yeltsin, chegou a dizer: "Que reformas são essas que transformam a maior parte da população em mendigos e miseráveis? Talvez fosse melhor não ter nenhum tipo de reforma. O que é bom para a Polônia não precisa ser bom para a Rússia". (citado por William Waack, in *O Estado de S.Paulo*, 12/12/1993, p. A-21.)

Outra importante liderança que emergiu com força no início de 1994 foi a de Vladimir Wolfovich Jirinovski, advogado, nacionalista e defensor da "pureza da nação russa", pregando a redução do preço da vodca e a expansão das fronteiras, e prometendo defender os 25 milhões de russos que vivem nas outras 14 ex-repúblicas da URSS e buscar restabelecer o poderio soviético, mesmo que seja com o uso de armas nucleares.

No final de 1994, com prazo de resultados para março-junho de 1995, Yegor Gaidar, dirigente do maior partido russo, a Opção Democrática, começou a buscar uma coalizão mais ampla de forças para bancar a continuidade do governo reformista de Yeltsin, com vistas à eleição de 1996.

Aparentemente, pelo menos até janeiro de 1995, a situação política de Yeltsin não era nada confortável, devido às várias dificuldades político-econômicas que se agravavam cada vez mais e à intensificação do conflito militar contra a Chechênia. Esta república liderada por

Djokhar Dudaiev, que proclamara sua independência em 1991, passou a fazer uma resistência poderosa às investidas dos militares de Moscou, produzindo inúmeras vítimas de lado a lado e custos bélicos ameaçadores à já frágil ordem econômica dirigida por Yeltsin.

A decisão de Yeltsin de ocupar militarmente Grozny, a capital da Chechênia, ordenando amplos bombardeios sobre a população, acabou ampliando as críticas e a oposição política, tanto internacionais como nacionais, incluindo até algumas altas patentes militares, o que poderia comprometer sua reeleição em 1996, inviabilizar as reformas programadas e fragilizar as mudanças já conseguidas.

A história russa recente e da ex-URSS nunca escapou do peso de um Estado centralizado, muitas vezes repressor e elitizante, que quase sempre acabou desembocando em impasses revolucionários. Foi assim com o czarismo por diversas vezes e mesmo com os governos soviéticos. A diferença entre ambos foi quanto às conquistas econômicas, sociais e culturais, seja no plano interno ou no plano internacional.

Agora, na era pós-URSS, os recentes desdobramentos político-econômicos reforçam indícios de que se está garantindo a manutenção do centralismo político e, a se confirmar, uma retomada do estrangulamento socioeconômico da maioria dos ex-soviéticos.

A questão principal que se coloca, então, é saber se a população, depois de tantos anos de socialismo, continuará submetendo-se às determinações políticas, como secularmente tem acontecido na região, acomodando-se a patamares socioeconômicos cada vez mais baixos, ou se o reformismo em curso conseguirá reverter a evolução que até agora se impôs, redirigindo-a em favor da população e não de uma mesma e antiga elite que, se antes tinha sua força determinada pelos cargos e acesso a produtos escassos, agora continua a mantê-la pela quantidade de dinheiro que possui.

Há menos de um século, as elites czaristas invocavam suas origens aristocráticas, seus bens imóveis e suas funções como justificativas de seus privilégios e poderes, enquanto acobertavam suas incompetências tanto políticas como econômicas. A sua solidez desmanchou-se no "terremoto" de 1917. As novas elites da Rússia atual estão começando a desenhar o seu destino.

Seja como for, nunca é demais lembrar uma frase do historiador Hobsbawm, de 1972, em que ele diz: "nadamos no passado como peixes na água e não podemos escapar-lhe".

Bibliografia

ASH, Timothy Garton. *Nós, o povo: a revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

AZEVEDO, Marcello. *Leste europeu: a inesperada convulsão*. São Paulo, Edições Loyola, 1991.

BOGDAN, Henry. *La historia de los paises del este*. De los orígenes a nuestros dias. Buenos Aires, Javier Vergara editor, 1992.

DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Barcelona, Editorial Debate, 1989.

DURANT, Will. *A história da civilização* (11 volumes). Rio de Janeiro, Editora Record, 1963.

GIMBUTAS, Marija. *Os eslavos*. Lisboa, Editorial Verbo, 1975.

GRIMBERG, Carl e SVANSTRÖM, Ragnar. *Historia universal Daimon* (12 volumes). Madrid, Ediciones Daimon, 1980.

GUILLEMAIN, Bernard. *O despertar da Europa*. Do ano 1000 a 1250. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980.

HADDAD, Fernando. *O sistema soviético*. Relato de uma polêmica. São Paulo, Scritta Editorial, 1992.

HEERS, Jacques. *História medieval*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

__________. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

__________. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

MANFRED, A. Z. *História do mundo*. Lisboa, Edições Sociais, 1981.

McEVEDY, Colin. *Atlas da história antiga*. São Paulo, Verbo, 1990.

____________. *Atlas da história medieval*. São Paulo, Verbo, 1990.

____________. *Atlas da história moderna*. São Paulo, Verbo, 1990.

NERÉ, Jacques. *História contemporânea*. São Paulo, Difel, 1975.

NÓVOA, Jorge (org.). *A história à deriva*. Um balanço de fim de século. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1993.

POMER, Leon. *O surgimento das nações*. São Paulo, Atual, 1985.

RICHÉ, Pierre. *As grandes invasões e impérios*. Séculos V a X. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980.

TRÓTSKI, Leon. *A história da revolução russa* (3 volumes). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Outras fontes:

Folha de S. Paulo
O Estado de S. Paulo
Jornal do Brasil
Gazeta Mercantil
Revista *Veja*
Revista *Istoé*